



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo Nº: 10672-5/16

Assunto: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Data hora protocolização: 17/02/2016 17:04

Data entrega: 16/02/2016

Sujeitos do Processo			
Papel	Nome	CPF/CNPJ	Procuradores
Interessado	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	77.996.312/0001-21	

Peças do Processo

Ofício 4/2016 - DAUD

Ofício - 118/2016 - DG

Despacho - 645/2016 - GP

Plano Anual de Fiscalização - PAF 2016

Procedimentos Administrativos Vinculados

10672-5/16 - Ofícios e Comunicações Internas - Comunicação à Diretoria Geral

Curitiba, 17/02/2016 17:12

Documento assinado digitalmente

ELISA DOLORES TEREZA PEREZ MOLLINAR

Matrícula Nº 504980



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE AUDITORIAS

Ofício nº 4/16-DAUD

Curitiba, 16 de Fevereiro de 2016

Assunto: Plano Anual de Fiscalização – PAF 2016

Senhora Diretora Geral,

Em atenção ao disposto no art. 164, VII, e art. 260, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda no art. 1º da Resolução nº 07/2006, encaminhamos o PAF - Plano Anual de Fiscalização para o exercício financeiro de 2016, elaborado pela Coordenadoria Geral com base nas informações das unidades administrativas, para fins de apreciação do Tribunal de Pleno, conforme art. 52, XXXIX do Regimento Interno.

Atenciosamente,

ALEXANDRE FAILA COELHO
Diretor – matrícula nº 506770

ILUSTRÍSSIMA SENHORA
DANIELE CARRIEL STRADIOTTO
Diretora Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA-GERAL

Ofício n.º 118/16-DG

Curitiba, 16 de fevereiro de 2016.

Assunto: **Plano Anual de Fiscalização**

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto nos arts. 150, XII, e 260, do Regimento Interno, e ainda no art. 1º, § 1º, da Resolução nº 07/2006, de 21/12/2006, encaminho a Vossa Excelência o Plano Anual de Fiscalização das unidades administrativas do Tribunal, em anexo, para o exercício financeiro de 2016, consolidado pela Diretoria de Auditorias – DAUD, para fins de apreciação pelo Tribunal Pleno, conforme arts. 5º, XXXIX, e 16, L, do Regimento Interno.

Respeitosamente,

DANIELE CARRIEL STRADIOTTO

Diretora-Geral

Excelentíssimo Senhor Conselheiro **IVAN LELIS BONILHA**
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Gabinete da Presidência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROCEDIMENTO Nº: 106725/16

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Paraná

ASSUNTO: Comunicação à Diretoria Geral

DESPACHO Nº: 645/16-GP

Trata-se de expediente oriundo da Diretoria de Auditorias, por meio do qual encaminha o Plano Anual de Fiscalização – PAF para o exercício financeiro de 2016.

Remeta-se o presente procedimento administrativo à Diretoria de Protocolo para adoção das seguintes providências:

a) Protocolização e autuação deste processo como “Plano Anual de Fiscalização”; e

b) Distribuição da relatoria a este Presidente, nos termos dos artigos 16, inciso L, e 260 do Regimento Interno.

Após, encaminhem-se os autos à Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo e à Diretoria de Finanças para informar.

Por fim, após manifestação das unidades acima referidas, retornem ao Gabinete da Presidência.

Gabinete da Presidência, em 17 de Fevereiro de 2016.

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

2016

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

PAF 2016



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE 2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

A. Exposição de motivos:

1. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem um duplo desafio em 2016: intensificar a atividade de fiscalização nos municípios e diminuir o estoque de processos. Para realizar tais atividades, há um limite: o pessoal lotado nas diretorias ligadas à atividade de fiscalização, que executará ambas as tarefas.

2. Diante de tal limitação de recursos, há a necessidade da existência de um gerenciamento superior, para integrar e coordenar o trabalho de fiscalização e conjugar esforços para diminuir o estoque de processos. Esse gerenciamento superior será realizado pela Coordenadoria Geral e seguirá as diretrizes traçadas e as áreas temáticas prioritárias definidas pelo Plano Anual de Fiscalização (PAF).

3. Destaca-se que o gerenciamento do controle externo através da Coordenadoria Geral é uma solução institucional semelhante à adotada com sucesso por outros Tribunais de Contas, como é o caso do TCU, com a Secretaria Geral de Controle Externo, do TCE/MG, com a Superintendência de Controle Externo, do TCE/PE, com a Coordenadoria de Controle Externo, do TCE/RS, com a Direção de Controle e Fiscalização, do TCE/RJ, com a Secretaria Geral de Controle Externo, e do TCE/SP com os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

4. Além disso, o gerenciamento superior realizado pela Coordenadoria Geral contribui para a padronização dos processos de trabalho e dos procedimentos de controle externo, auxiliando o TCE-PR a alcançar os seus objetivos de simplificar a burocracia e os processos de trabalho e aperfeiçoar os procedimentos de controle externo, previstos no Planejamento Estratégico 2008-2016. Esse alinhamento com o planejamento estratégico e as diretrizes do Tribunal está previsto na norma de auditoria governamental nº. 30.1.1, que trata do PAF.

5. A fiscalização aqui referida pressupõe o desenvolvimento do trabalho em quatro níveis: (i) análise automatizada, com escopo simplificado, em razão de disposição constitucional ou legal; (ii) fiscalização concomitante, atuando em sistema de “malha fina”, com critérios objetivos para seleção dos itens a serem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

analisados e fiscalizando as entidades de modo macro; (iii) auditorias “in loco” de forma integrada, com equipes multidisciplinares, planejadas a partir de indícios e indicadores gerados nos dois níveis anteriores, assim como baseadas em temas relevantes e (iv) atuação de cunho preventivo por meio de treinamentos de boas práticas e procedimentos de controle, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores.

6. As atividades de fiscalização e instrução de processos serão realizadas concomitantemente ao longo do ano. No entanto, haverá uma priorização da fiscalização “in loco” no primeiro semestre e da instrução de processos e demais atividades de fiscalização no segundo semestre de 2016.

7. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná planeja executar atividades de fiscalização in loco em 100 municípios até o final de 2016. Tal meta está em conformidade com a diretriz estabelecida pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da qual o TCE-PR faz parte, de aumentar gradativamente a atividade de fiscalização municipal, de forma a visitar cada município do Estado pelo menos uma vez a cada ciclo de gestão local, ou seja, pelo menos uma vez a cada 4 anos, em um primeiro momento.

8. As atividades de fiscalização dos órgãos da administração pública estadual estão sob responsabilidade das Inspetorias de Controle Externo (ICEs), conforme o art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas. A programação das fiscalizações e o cronograma de viagens previstas pelas ICEs em 2016 compõe o PAF e encontra-se no Anexo I.

B. Diretrizes e áreas temáticas prioritárias das atividades de fiscalização:

9. São as diretrizes que nortearão a atividade de fiscalização no âmbito da Coordenadoria Geral:

a) Integração dos trabalhos de auditoria das diretorias de fiscalização: A experiência do *Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas*, que auditou o cumprimento da Emenda Constitucional nº. 59/2009 e da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que determinam a universalização do acesso à pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade em 2016, estabeleceu um padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – formação de equipes multidisciplinares, composta por servidores de várias diretorias, que auditam um grande tema, saindo da visão parcial típica dos processos de fiscalização vinculados à prestação de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

b) Intensificação do uso de indicadores de desempenho como instrumento de auditoria para avaliar e monitorar a gestão de serviços públicos: A experiência do *Programa de Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense*, que em seu primeiro momento criou os indicadores de eficácia e eficiência da educação municipal, através da aferição do cumprimento de metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação (índice de eficácia) e seu confronto com a despesa por aluno (índice de eficiência) nas administrações municipais, em conjunto com o Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas, criou outro padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – criação de indicadores de desempenho da gestão de recursos públicos e utilização desses para orientação dos trabalhos de fiscalização e monitoramento dos entes auditados e, ao mesmo tempo, aperfeiçoamento desses indicadores com base na sua utilização na fiscalização.

c) Desenvolvimento de competências de auditoria em temas estratégicos: Os esforços da Diretoria da Escola de Gestão Pública em promover cursos de capacitação dos servidores devem ser aproveitados pela atividade de fiscalização, para se apropriar desse conhecimento e aplicá-lo à auditoria, especialmente em temas considerados estratégicos pelo Tribunal de Contas.

d) Otimização dos trabalhos das equipes de treinamento e de visita técnica: O deslocamento de servidores do Tribunal para localidades no interior do Estado para realização de treinamentos ou de visitas técnicas pode ser aproveitado para exercer atividades de fiscalização “in loco” nesses municípios, especialmente a análise do controle interno do poder executivo local.

e) Aprimoramento dos “sistemas de análise automática”: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná vem construindo sistemas de análise automática das informações recebidas dos entes fiscalizados através dos seus sistemas de captação de dados. A experiência mais avançada nesse sentido é o Procedimento de Acompanhamento Remoto (Proar), que analisa automaticamente alguns dados encaminhados no Sistema de Informações Municipais (SIM). Além disso, um projeto com o objetivo de construir um sistema de “malha fina” para o Sistema Integrado de Transferências (SIT) e para o Sistema de Informações de Atos de Pessoal (SIAP) está em andamento. Assim, uma das diretrizes da fiscalização é o aprimoramento desses sistemas, com o objetivo deles produzirem análises para as áreas temáticas definidas.

f) Ampliação do trabalho de análise prévia de editais de licitação e concurso: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no âmbito da DIFOP, vem desenvolvendo a expertise na análise prévia de editais de licitação de obras. Além disso, há um módulo em desenvolvimento no SIAP cujo objetivo é realizar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

a análise prévia de editais de concurso público. Esse tipo de trabalho atua preventivamente junto ao jurisdicionado e tem resultado eficaz, ao impedir que atos potencialmente lesivos ao interesse público venham a ocorrer. Desse modo, outra diretriz da fiscalização é a ampliação desse trabalho no âmbito das diretorias, promovendo-o nas unidades onde ele já é realizado e incentivando a sua disseminação em outras unidades, com as adaptações que fizerem necessárias.

g) Promoção da utilização de Termos de Ajuste de Gestão (TAG's) como resultado de processos de auditoria: O TAG é um compromisso firmado entre o Tribunal de Contas e o jurisdicionado, onde, em comum acordo, impropriedades e irregularidades são identificadas e prazos para saná-las são estabelecidos. Esse é um instrumento jurídico previsto para ser implantando no Tribunal de Contas do Estado do Paraná em 2016 e, uma vez criado, ser utilizado nas auditorias, com apoio e incentivo da Coordenadoria Geral.

10. São as áreas temáticas prioritárias da fiscalização no âmbito da Coordenadoria Geral:

- a) Educação;
- b) Saúde;
- c) Despesa com pessoal;
- d) Tecnologia da informação;
- e) Operações de crédito cofinanciadas.

11. Na área temática de educação, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de uma equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP, DAUD e DIFOP, para auditar o cumprimento da meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação (ampliação do acesso à creche e universalização da pré-escola) nos municípios paranaenses, nos moldes do trabalho desenvolvido no Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas. Para isso, haverá a utilização do Índice de Eficácia da Educação Municipal e do Índice de Eficiência da Despesa Municipal em Educação no



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

planejamento da fiscalização e posterior monitoramento dos municípios fiscalizados.

b) Realização do monitoramento da observância, por parte dos municípios, da obrigatoriedade da publicação da demanda manifesta por vagas na educação infantil e incorporação de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.

12. Na área temática de **saúde**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Criação de um protótipo de “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”, para orientar o planejamento da fiscalização na área de saúde, especialmente na subfunção “média e alta complexidade”, que abrange a assistência hospitalar e é em grande parte financiada por repasses do Governo Federal, com o aprimoramento contínuo dos indicadores criados para avaliar o desempenho da saúde pública.

b) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP, DAUD e 7ª ICE¹ com o objetivo de levantar informações sobre o financiamento da média e alta complexidade nos municípios e no Estado e validar os dados do “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”.

c) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DAUD e 7ª ICE para a realização de uma auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, com o escopo a ser definido após o levantamento de informações sobre o tema e o aprimoramento dos indicadores de saúde.

d) Incorporação de informações sobre a eficiência dos repasses para hospitais privados, para auxiliar a instrução de processos relacionados a esse assunto, e de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIT.

e) Participação nos trabalhos referentes ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos

¹ Atualmente, a 7ª Inspeção de Controle Externo é a responsável pela fiscalização da Secretaria Estadual de Saúde, por esse motivo participará das fiscalizações integradas nessa área temática.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada (levantamento) em governança e gestão de saúde em organização estaduais e municipais.

13. Na área temática de **despesa com pessoal**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipe de fiscalização da DICAP para auditar folha de pagamento nos municípios paranaenses, com foco na remuneração dos médicos das prefeituras, em conjunto com a auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Folha de Pagamento”, ministrado em 2015.

b) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIAP.

c) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal.

d) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional.

14. Na área temática de **tecnologia de informação**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Utilização dos resultados do questionário de “Governança em Tecnologia da Informação”, a ser respondido pelos municípios a partir de fevereiro de 2016, para traçar um panorama da situação desse serviço público nos municípios



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

paranaenses e utilização dessas informações para o planejamento da fiscalização na área de tecnologia da informação.

b) Formação de equipe de fiscalização para auditar a estrutura e a governança dos sistemas de tecnologia da informação nos municípios, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação”, ministrado em fevereiro de 2016.

c) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.

15. Na área temática de **operações de crédito cofinanciadas**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipes de fiscalização multidisciplinares, composta por servidores da DAUD e da DIFOP, para a realização das auditorias das operações de crédito cofinanciadas pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Estão previstas auditorias nos seguintes programas/projetos: (i) Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano (BID - PROCIDADES) nos municípios de Cascavel, Curitiba, Maringá e Paranaguá; (ii) Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transportes (AFD – Curitiba); (iii) Projeto Família Paranaense (BID – Estado do Paraná); (iv) Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná (BIRD – Estado do Paraná) e (v) Projeto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (AFD – Toledo). Essas fiscalizações seguirão o que determinam os compromissos acordados entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e essas instituições.

C. Considerações:

16. Os relatórios de fiscalização observarão as Normas de Auditoria Governamental - NAGs (Resolução nº. 42/2013) e terão controle de qualidade a ser realizado sob supervisão da Coordenadoria Geral.

17. As fiscalizações determinadas por Acórdãos do Tribunal Pleno ou das Câmaras para serem realizadas pelas diretorias no ano de 2016 fazem parte do PAF desse ano e estão listadas no Anexo II.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

18. As diretorias poderão propor auditorias ao longo do ano, desde que alinhadas às diretrizes do PAF e contemplem uma área temática prioritária. Essas proposições serão analisadas pela Coordenadoria Geral, sob os critérios de relevância, materialidade, risco e oportunidade, conforme o exposto na NAG nº. 30.1.1.4, e submetidas à Presidência, que aprovará ou não a sua inclusão no PAF.

19. A divulgação das entidades a serem auditadas ao longo da execução do PAF 2016 obedecerá ao critério da conveniência de dar publicidade à ação fiscalizatória do Tribunal, conforme o exposto na NAG nº. 30.1.1.5.

20. Para fins de cálculo do impacto financeiro estimado e reserva de automóveis do TCE-PR para a execução do PAF das diretorias, considera-se a previsão de realizar 100 fiscalizações “in loco” e 1.000 diárias para servidores em 2016.

21. A definição de diretrizes e áreas temáticas prioritárias não impede a realização de auditorias fora do escopo traçado no PAF, desde que situações extraordinárias relevantes que exijam a atuação do Tribunal de Contas sejam constatadas pelo Gabinete da Corregedoria Geral, analisadas pela Coordenadoria Geral e submetidas à Presidência, que aprovará ou não a sua inclusão no PAF.

BARBARA GONÇALVES MARCELINO PEREIRA
Coordenadora Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: PRIMEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 1ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
2	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
3	FUNDO DE AVAL RURAL - FAR	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
4	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
5	FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO - FEM	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
6	PARANÁ DESENVOLVIMENTO S/A	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
7	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - BADEP	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
8	COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO - PRSEC	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
9	COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
10	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Londrina	mai-16	mai-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	16-mai-16	20-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
11	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Maringá	mai-16	mai-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	16-mai-16	20-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
12	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Guarapuava	out-16	out-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	17-out-16	21-out-16	5	2	1	PRÓPRIO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: PRIMEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 1ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
13	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Ponta Grossa	out-16	out-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
14	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
15	IPCE - Instituto Paranaense de Ciência do Esporte	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
16	CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA - CCC	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
17	PARANÁ TURISMO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
18	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
19	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
20	PARANÁCIDADE	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
21	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
22	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
23	E-PARANÁ COMUNICAÇÃO	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
24	RTVE	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
25	SANEPAR	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: PRIMEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 1ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PLANO DE VIAGEM					
			INICIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INICIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
26	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Londrina	mai-15	mai-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	09-mai-16	13-mai-16	5	4	1	PRÓPRIO
27	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Maringá	jul-15	jul-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	11-jul-16	15-jul-16	5	4	1	PRÓPRIO
28	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Cascavel	set-15	set-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	26-set-16	30-set-16	5	4	1	PRÓPRIO
29	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Guarapuava	nov-15	nov-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	21-set-16	25-set-16	5	4	1	PRÓPRIO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
1	DETRAN	PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	VEÍCULO ICE
2	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	VEÍCULO ICE
3	COHAPAR	CAMPO MOURÃO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	VEÍCULO ICE
4	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	FRANCISCO BELTRÃO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
5	ELEJOR	CANDÓI	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
6	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	MARINGÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
7	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	TOLEDO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
8	ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO	BRASÍLIA - DF	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	0	AÉREO
9	COHAPAR	FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	2-mai-16	6-mai-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
10	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
11	SÃO BENTO HOLDING - OLHO D'ÁGUA - BOA VISTA - FAROL - SÃO BENTO DO NORTE	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	16-mai-16	20-mai-16	5	3	0	AÉREO
12	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	16-mai-16	20-mai-16	5	3	1	VEÍCULO ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
13	UEGA - USINA ELÉTRICA A GÁS DE ARAUCÁRIA LTDA	ARAUCÁRIA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	23-mai-16	25-mai-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
14	HOLDING BRISA POTIGUAR - ASA BRANCA I - ASA BRANCA II - ASA BRANCA III - NOVA EURUS IV	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	0	AÉREO
15	DETRAN	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
16	DETRAN	CAMPO LARGO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
17	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSORA S/A	RIO DE JANEIRO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	3	0	AÉREO
18	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	UMUARAMA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	13-jun-16	17-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
19	COHAPAR	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	20-jun-16	24-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
20	DETRAN	MARINGÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	27-jun-16	1-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
21	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	PATO BRANCO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	4-jul-16	8-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
22	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	CASCAVEL	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
23	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	MATO GROSSO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	3	0	AÉREO
24	SANTA MARIA - SANTA HELENA - SANTO URIEL	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	18-jul-16	22-jul-16	5	3	0	AÉREO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
25	DETRAN	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	25-jul-16	29-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
26	COMPAGAS	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	1-ago-16	5-ago-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
27	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSORA S/A	A DEFINIR	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
28	COHAPAR	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
29	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	MARINGÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	15-ago-16	19-ago-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
30	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	19-set-16	23-set-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
31	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
32	COMPAGAS	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	3-out-16	7-out-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
33	CUTIA HOLDING - MARIA HELENA S.A - CUTIA S.A - ESPERANÇA DO NORDESTE S.A - GUAJIRU S.A - PARAÍSO DOS VENTOS NORDESTE S.A - POTIGUAR S.A - JANGADA S.A - SÃO BENTO DO NORTE I S.A - SÃO BENTO DO NORTE II S.A - SÃO BENTO DO NORTE III S.A - SÃO MIGUEL I - SÃO MIGUEL II - SÃO MIGUEL III.	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	3	0	AÉREO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO**

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO				DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM
34	COHAPAR	A DEFINIR	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
35	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	CAMPO MOURÃO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	24-out-16	28-out-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
36	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
37	DETRAN	ARAUCÁRIA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
38	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	A DEFINIR	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
39	DETRAN	GOIOERÊ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	28-nov-16	2-dez-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
40	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
41	CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL	TELÊMACO BORBA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO				PLANO DE VIAGEM									
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO							
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS		
1	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SESP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO								
2		Curitiba	mar/16	abr/16	MONITORAMENTO	Monitoramento de auditoria operacional realizada em unidades do Instituto Médico Legal (IML)	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO								
3		Maringá	mar/16	abr/16			DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	28/03/16	30/03/16	3	3	1	PRÓPRIO		
4		Londrina	mar/16	abr/16			DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	31/03/16	01/04/16	2	3	1	PRÓPRIO		
5		Maringá	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de contratos de fornecimento de alimentação para os presídios	RELEVÂNCIA	NÃO	11/07/16	12/07/16	2	2	1	PRÓPRIO		
6		Londrina	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	13/07/16	15/07/16	3	2	1	PRÓPRIO		
7		Cascavel	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	25/07/16	27/07/16	3	2	1	PRÓPRIO		
8		Guarapuava	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	28/07/16	29/07/16	2	2	1	PRÓPRIO		
9		Maringá	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de contratos de fornecimento de alimentação para delegacias	RELEVÂNCIA	NÃO	11/07/16	12/07/16	2	1	1	PRÓPRIO		
10		Londrina	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	13/07/16	15/07/16	3	1	1	PRÓPRIO		
11		Cascavel	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	25/07/16	27/07/16	3	2	1	PRÓPRIO		
12		Guarapuava	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	28/07/16	29/07/16	2	2	1	PRÓPRIO		
13		Maringá	ago/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de obras em Penitenciárias, Casas de Custódia, Cadeias Públicas e Centro de Integração Social	RELEVÂNCIA	NÃO	04/08/16	05/08/16	2	2	1	PRÓPRIO		
14		Londrina	ago/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	01/08/16	03/08/16	3	2	1	PRÓPRIO		
15		Campo Mourão	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	30/05/16	02/06/16	4	2		PRÓPRIO		
16		Cascavel	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	08/06/16	10/06/16	3	2	1	PRÓPRIO		
17		Piraquara	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	23/05/16	23/05/16	1	2	1	PRÓPRIO		
18		Guarapuava	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	06/06/16	07/06/16	2	2	1	PRÓPRIO		
19	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FUNESP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO								
20	FUNDO ESTADUAL DE REEQUIPAMENTO DE TRANSITO (FUNRESTRAN)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO								

CCPIA DIGITAL CONFERIDA COMO DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COMO DOCUMENTO DE ORIGEM

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO				PLANO DE VIAGEM								
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
21	FUNDO DE ATENDIMENTO A SAÚDE DO POLICIAIS MILITARES (FASPM)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
22	FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (FESD)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
23	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ (FUPEN)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
24	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA (SEJU)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
25		Pinhais	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de contratos de fornecimento de alimentação para os CENSEs	RELEVÂNCIA	NÃO	25/07/16	25/07/16	1	2	1	PRÓPRIO	
		Maringá	jul/16	jul/16			RELEVÂNCIA	NÃO	11/07/16	12/07/16	2	1	1	PRÓPRIO	
26		Londrina	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	13/07/16	15/07/16	3	1	1	PRÓPRIO	
		Pinhais	jun/16	jul/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de obras em CENSEs	RELEVÂNCIA	NÃO	20/06/16	20/06/16	1	3	1	PRÓPRIO	
27		Maringá	ago/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	04/08/16	05/08/16	2	1	1	PRÓPRIO	
28	Londrina	jun/16	jul/16	RELEVÂNCIA			NÃO	01/08/16	03/08/16	3	1	1	PRÓPRIO		
29	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (FECON)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
30	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
31	FEMALP	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
32	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
33	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO (AGE)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
34	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO (IPARDES)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
35	IPEM	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COMO DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO				PLANO DE VIAGEM								
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
36	PARANÁ PROJETOS	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
37	AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO (APD)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
38	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
39	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	Maringá	ago/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de sistema e contrato de prestadores de serviço de manutenção de veículos	RELEVÂNCIA	NÃO	04/08/16	05/08/16	2	1	1	PRÓPRIO	
40		Londrina	ago/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	01/08/16	03/08/16	3	1	1	PRÓPRIO	
41		Cascavel	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	08/06/16	10/06/16	3	1	1	PRÓPRIO	
42		Campo Mourão	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	30/05/16	02/06/16	4	1	1	PRÓPRIO	
43		Guarapuava	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	06/06/16	07/06/16	2	1	1	PRÓPRIO	
43	Paranaquá	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	30/05/16	30/05/16	1	2	1	PRÓPRIO		
44	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO (DEAP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
45	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ (JUCEPAR)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
46	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAPREVIDÊNCIA	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
47	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
48	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DO PARANÁ	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
49	FUNDO MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 5ª ICE

COPIA IMPRIMIDA - COPIADA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO								PLANO DE VIAGEM						
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEIL	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar atividades de fiscalização nos termos do inciso I art. 157 do Regimento Interno, no que tange às áreas contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão dos jurisdicionados sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos exercícios para os quais for designada, consoante aos critérios e procedimentos estabelecidos no Manual de Fiscalização desta 5ª ICE.	Relevância / Materialidade	SIM	**	**	**	**	**	**
2	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA	Paranaguá	fev-16	fev-16	ACOMPANHAMENTO			NÃO	a definir	a definir	5	3	1	PRÓPRIO
			mar-16	mar-16				14/03/2016	18/03/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			abr-16	abr-16				25/04/2016	29/04/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			mai-16	mai-16				16/05/2016	20/05/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			jun-16	jun-16				27/06/2016	01/07/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			jul-16	jul-16				18/07/2016	22/07/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			ago-16	ago-16				22/08/2016	26/08/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			set-16	set-16				26/09/2016	30/09/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			out-16	out-16				17/10/2016	21/10/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			nov-16	nov-16				21/11/2016	25/11/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
dez-16	dez-16	12/12/2016	16/12/2016	5	3			1	PRÓPRIO					
3	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
		Ponta Grossa	abr-16	abr-16				06/04/2016	06/04/2016	1	2	1	PRÓPRIO	
		Paranaguá	abr-16	abr-16				13/04/2016	13/04/2016	1	2	1	PRÓPRIO	
		Londrina, Maringá	mai-16	mai-16				09/05/2016	13/05/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
		Cascavel	jun-16	jun-16				20/06/2016	24/06/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
		Londrina, Maringá, Cascavel	nov-16	dez-16				28/11/2016	02/12/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
4	ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
		Cascavel e Guarapuava	mar-16	abr-16				NÃO	28/03/2016	01/04/2016	5	2	1	PRÓPRIO
5	PARANÁ EDIFICAÇÕES - PE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	03/10/2016	07/10/2016	5	2	1	PRÓPRIO		
			out-16	out-16		**	**	**	**	**	**			
			Londrina, Maringá	mai-16		mai-16	02/05/2016	06/05/2016	5	3	1	PRÓPRIO		
			Guarapuava, Ponta Grossa e Irati	jun-16		jun-16	13/06/2016	17/06/2016	5	2	1	PRÓPRIO		
			Pato Branco, Cascavel e Toledo	set-16		set-16	12/09/2016	16/09/2016	5	2	1	PRÓPRIO		
			Santo Antônio da Platina	out-16		out-16	24/10/2016	28/10/2016	5	2	1	PRÓPRIO		
Paranavaí e Apucarana	nov-16	nov-16	07/11/2016	11/11/2016	5	2	1	PRÓPRIO						
6	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	**	**	**	**	**	**		
7	DEFENSORIA PÚBLICA	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	**	**	**	**	**	**		
8	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FADEP	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	**	**	**	**	**	**		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 5ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO								PLANO DE VIAGEM						
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
9	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
10	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
11	SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
12	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMMA	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
13	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FRH/PR	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
14	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
15	INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ - AGUASPARANÁ	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
16	INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS - ITC	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
17	SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ - MINEROPAR	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEXTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO -6ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	CAA
2	UNESPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	PRÓPRIO
3	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	3	1	CAA
4	UNESPAR	PARANAÍ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	3	1	PRÓPRIO
5	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO AUD.OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	4	1	CAA
6	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	4	1	PRÓPRIO
7	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	14-mar-16	18-mar-16	5	3	1	PRÓPRIO
8	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	14-mar-16	18-mar-16	5	3	1	CAA
9	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	21-mar-16	24-mar-16	4	4	1	PRÓPRIO
10	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-mar-16	1-abr-16	5	3	1	PRÓPRIO
11	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-mar-16	1-abr-16	5	3	1	CAA
12	UNESPAR	PARANAGUÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-mar-16	1-abr-16	5	3	1	CAA
13	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-abr-16	15-abr-16	5	3	1	PRÓPRIO
14	UNESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-abr-16	15-abr-16	5	3	1	CAA
15	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD.OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	18-abr-16	20-abr-16	3	4	1	PRÓPRIO
16	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	18-abr-16	20-abr-16	3	4	1	CAA
17	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	1	CAA
18	UNESPAR	PARANAÍ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	1	PRÓPRIO
19	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	2-mai-16	6-mai-16	5	3	1	PRÓPRIO
20	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD.OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	4	1	CAA
21	UNIOSTE	MAL C.RONDON-TOLEDO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	3	1	PRÓPRIO
22	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	4	1	CAA
23	UNESPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	16-mai-16	20-mai-16	5	3	1	PRÓPRIO
24	UNIOSTE	FOZ DO IGUAÇU	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	1	PRÓPRIO
25	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	1	CAA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO**Unidade: **SEXTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO -6ª ICE**

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
26	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD. OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	4		PRÓPRIO
27	UNIOESTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	13-jun-16	17-jun-16	5	3	1	PRÓPRIO
28	UNESPAR	PARANAVAI	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	13-jun-16	17-jun-16	5	3	1	CAA
29	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	20-jun-16	24-jun-16	5	3	1	PRÓPRIO
30	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	20-jun-16	24-jun-16	5	4	1	CAA
31	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	27-jun-16	1-jul-16	5	3	1	PRÓPRIO
32	UNESPAR	PARANAGUÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	27-jun-16	1-jul-16	5	3	1	CAA
33	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD. OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	4	1	CAA
34	UNIOESTE	FRANCISCO BELTRÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	3	1	PROPRIO
35	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	4	1	CAA
36	UNESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	18-jul-16	22-jul-16	5	3	1	PROPRIO
37	UNIOESTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	25-jul-16	29-jul-16	5	3	1	PROPRIO
38	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	1-ago-16	5-ago-16	5	3	1	CAA
39	UNESPAR	PARANAVAI	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	1-ago-16	5-ago-16	5	3	1	PROPRIO
40	UNIOESTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	3	1	PROPRIO
41	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	15-ago-16	19-ago-16	5	3	1	PROPRIO
42	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	15-ago-16	19-ago-16	5	4	1	CAA
43	UNIOESTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	22-ago-16	26-ago-16	5	3	1	PROPRIO
44	UNESPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	22-ago-16	26-ago-16	5	3	1	CAA
45	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	29-ago-16	2-set-16	5	3	1	PROPRIO
46	UNIOESTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-set-16	16-set-16	5	3	1	PROPRIO
47	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-set-16	16-set-16	5	3	1	CAA
48	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	19-set-16	23-set-16	5	4	1	PROPRIO
49	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	3	1	PROPRIO
50	UNESPAR	PARANAGUÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	3	1	CAA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEXTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO -6ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
51	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	3-out-16	7-out-16	5	3	1	PROPRIO
52	UNIOSTE	MAL C..RONDON-TOLEDO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	3	1	PROPRIO
53	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	4	1	CAA
54	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	24-out-16	28-out-16	5	3	1	PROPRIO
55	UNESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	24-out-16	28-out-16	5	3	1	CAA
56	UNIOSTE	FOZ DO IGUAÇU	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	PROPRIO
57	UNESPAR	PARANAÍ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	CAA
58	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	3	1	CAA
59	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	4	1	PROPRIO
60	UNIOSTE	FRANCISCO BELTRÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-nov-16	2-dez-16	5	3	1	PROPRIO
61	UNEPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-nov-16	2-dez-16	5	3	1	CAA
62	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-dez-16	16-dez-16	5	3	1	PROPRIO
63	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-dez-16	16-dez-16	5	3	1	CAA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					PLANO DE VIAGEM							
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
1	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM							
CASCADEL		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO		
GUARAPUAVA		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO		
LONDRINA		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO		
MARINGÁ		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO		
PALMAS		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO		
PARANAGUÁ		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO		
PONTA GROSSA		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1.1	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
CASCAVEL		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO	
GUARAPUAVA		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO	
LONDRINA		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO	
MARINGÁ		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO	
PALMAS		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO	
PARANAGUÁ		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO	
PONTA GROSSA		jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO	

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1.2	Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCAVEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.3	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCAVEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PALMAS	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.4	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCAVEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PALMAS	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.5	Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
1.6	Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR	LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	14-mar-16	18-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-abr-16	8-abr-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	16-mai-16	20-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	20-jun-16	24-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	25-jul-16	29-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	15-ago-16	19-ago-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	12-set-16	16-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	3-out-16	7-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	7-nov-16	11-nov-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.7	Instituto de Florestas do Paraná	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					PLANO DE VIAGEM						
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
2	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA	APUCARANA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	a definir	a definir	5	2	1	PRÓPRIO
		FRANCISCO BELTRÃO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar fiscalização na obra de construção do hospital regional - 16.000m²	MATERIALIDADE	NÃO	22-fev-16	26-fev-16	5	2	1	PRÓPRIO
		JACAREZINHO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	22-ago-16	26-ago-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	18-jan-16	25-jan-16	8	2	1	PRÓPRIO
		TOLEDO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	12-dez-16	16-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		UMUARAMA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	2	1	PRÓPRIO
		UNIÃO DA VITÓRIA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
2.1	Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
2.2	Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3.1	Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3.2	Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3.3	Fundo Estadual do Direito do Idoso	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
4	MINISTÉRIO PÚBLICO – MP + Fundo Rotativo	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
4.1	Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná –FUEMP	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5	TRIBUNAL DE JUSTIÇA –TJ + Fundo Rotativo	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar fiscalização na obra de ampliação e reforma do fórum da comarca - 16.115m²	MATERIALIDADE	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PATO BRANCO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar fiscalização na obra de construção do fórum da comarca - 7.497m²	MATERIALIDADE	SIM	19-set-16	23-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
5.1	Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5.2	Fundo da Justiça	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5.3	Fundo Judiciário	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5.4	Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
6	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED + Fundo Rotativo + FUNDEB	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CAMPO MOURÃO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	2	1	PRÓPRIO
		FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	18-jul-16	22-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PATO BRANCO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	19-set-16	23-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		UNIÃO DA VITÓRIA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
6.1	Colégio Estadual do Paraná – CEPR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
6.2	PARANAEDUCAÇÃO	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INICIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INICIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
6.3	FUNDEPAR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II - FISCALIZAÇÕES DETERMINADAS POR ACÓRDÃOS PREVISTAS PARA 2016

Unidades: DIRETORIAS

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Unidade Técnica	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
DAT	Associação Cristã de Doentes e Deficientes Físicos de Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 342/13-S2C, Processo nº 191450/09	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DAT	Instituto Confiancce	Terra Roxa	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 4674/15-S2C, Processo nº. 346714/15	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DCM	Instituto Curitiba Saúde	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 5231/14-S2C, Processo nº 149440/13.	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	DMAA
DCM	Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 903/14-S1C, Processo nº 183753/13.	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	DMAA
DICAP	Poder Executivo	Santa Cruz de Monte Castelo	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 799/14, Processo nº. 681295/10 e ao Acórdão 2.494/14-STP, Processo nº. 206427/13	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DICAP	Poder Executivo	Campo Magro	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 800/14, Processo nº. 168494/11	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DICAP	Poder Legislativo	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 386/15-S1C, Processo nº. 62512/11	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DICAP	Poder Executivo	Ubiratã	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão nº. 1769/15-S2C, Processo nº. 18920/11	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DIFOP	Governo do Estado do Paraná	Estado do Paraná	jan-16	dez-16	AUDITORIA	Análise das Contas do Governador para o exercício de 2015, por solicitação da 7ª ICE, referente a aspectos relevantes concernentes à execução de obras públicas.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	**	**	**	**	**	**

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº1878/2016

Processo Nº: 106725/16

Data e hora da distribuição: 17/02/2016 17:15:29

Assunto: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Exercício:

Modalidade de distribuição: conforme Art. 260 do Regimento Interno.

Relator: Conselheiro Presidente IVAN LELIS BONILHA

Impedimentos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo - DMAA

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INFORMAÇÃO Nº 22/16.

Conforme Despacho nº 645/2016-GP, esta Diretoria esclarece que após análise constatou que há disponibilidade e que os veículos estarão à disposição nas datas previstas nos Anexos I e II.

Ressaltamos que com relação ao previsto no Anexo II – Fiscalizações determinadas por acórdãos previstas para 2016, que estão com datas indefinidas, não gerará qualquer inconveniente, desde que não sejam todas programadas para a mesma semana.

É a informação.

DMAA, em 17 de fevereiro de 2016.

ALEXANDRE JULIATO PALLÚ
Consultor Técnico
Matrícula nº TC 50.342-8



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Diretoria de Finanças

INFORMAÇÃO Nº : 51/16
PROTOCOLO Nº : 106725/16
INTERESSADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO : PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Ao GP,

Em atendimento ao Despacho nº 645/16 - GP, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente desta Corte de Contas, esta Diretoria de Finanças informa o FIR nº 15/2016.

É a Informação.

DF, 18 de fevereiro de 2016.

JEDSON CESAR DE OLIVEIRA
Analista de Controle - Econômica
Matrícula 51.421-7

De acordo.

Paulo Celso Klostermann
Diretor



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Diretoria de Finanças

Formulário de Indicação de Recursos

FIR Nº 15/2016/TCE

Referência: Processo nº 106725/16

Objeto

Plano Anual de Fiscalização das unidades administrativas do Tribunal para o exercício financeiro de 2016 - estimativa de gastos com diárias.

Indicação Orçamentária

Projeto / Atividade: 4002 - Fiscalização da Efetiva e Regular Aplicação dos Recursos Públicos
Rubrica Orçamentária: 33.90.14.01
Descrição da Rubrica: Diárias
Valor Comprometido para 2016 (R\$): 1.200.000,00
Fonte de Custeio: 100 - Recursos do Tesouro

Impacto Financeiro

Despesa	2016	2017	2018	Total (R\$)
Prevista:	1.200.000,00			1.200.000,00

Premissas e Metodologia de Cálculo

Estimativa conforme consolidação dos cronogramas das unidades e ICE's feita pela DAUD.

Declaração do Ordenador

Declaro, em atendimento às disposições da base legal citada abaixo, que as despesas decorrentes do referido objeto contratual, constante no protocolado em questão, estão contempladas na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2016 e no Plano Plurianual 2016/2019 e serão programadas para a LDO e LOA dos exercícios em que o contrato vigorará.

Base Legal

Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000
Artigos Citados: 15, 16 e 17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE INCLUSÃO EM PAUTA

Certifico que este processo foi levado em mesa e incluído na pauta de julgamento na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 06, do dia 25 de fevereiro de 2016.

STP, em 25 de fevereiro de 2016.

MARIANA AMARAL PORTO
Secretária do Tribunal Pleno
matrícula nº 51.893-0



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

ACÓRDÃO Nº 694/16 - Tribunal Pleno

Plano Anual de Fiscalização – Exercício de 2016 – Novas Diretrizes – Áreas temáticas prioritárias – Aplicação de fiscalizações integradas – Uso de indicadores como instrumento de auditoria – Artigo 260, do Regimento Interno – Existência de previsão orçamentária – Disponibilidade de veículos para atender às necessidades do PAF – Pela aprovação.

1. RELATÓRIO

Trata o presente expediente do Plano Anual de Fiscalização – PAF, contendo seus principais objetivos, diretrizes e logística de fiscalização, bem como programas e projetos a serem fiscalizados no exercício de 2016 (peça nº 5).

Destaca-se na proposta apresentada o desígnio de intensificar a atividade de fiscalização nos municípios, o que se fará sob o gerenciamento da Coordenadoria-Geral, de modo a padronizar os processos de trabalho e procedimentos de controle externo.

Em razão da limitação de pessoal lotado nas unidades de fiscalização no âmbito desta Corte, haverá uma priorização da fiscalização *in loco* no primeiro semestre de 2016, ao passo que a instrução de processos e demais atividades de fiscalização serão priorizadas ao longo do segundo semestre de 2016.

Dentro desta realidade de restrição de pessoal, e considerando o firme propósito de fortalecer as atividades fiscalizatórias, faz-se necessária a otimização da instrução processual, pressupondo desenvolvimento em 4 (quatro) níveis, quais sejam:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

(i) análise automatizada, com escopo simplificado, em razão de disposição constitucional ou legal; (ii) fiscalização concomitante, atuando em sistema de “malha fina”, com critérios objetivos para seleção dos itens a serem analisados e fiscalizando as entidades de modo macro; (iii) auditorias *in loco* de forma integrada, com equipes multidisciplinares, planejadas a partir de indícios e indicadores gerados nos dois níveis anteriores, assim como baseadas em temas relevantes e (iv) atuação de cunho preventivo por meio de treinamentos de boas práticas e procedimentos de controle, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores.

Consta na EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PAF (peça nº 5) que, ao longo do exercício de 2016, 100 (cem) municípios paranaenses serão fiscalizados *in loco* por esta Corte de Contas, meta que se coaduna com orientação oriunda da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, para aumento gradativo da atividade de fiscalização municipal, de forma a visitar cada município do Estado pelo menos uma vez a cada ciclo de gestão local, ou seja, em um primeiro momento, fiscalizar os entes pelo menos uma vez a cada 4 (quatro) anos.

A expansão da atividade fiscalizatória no PAF - 2016 é evidente, uma vez que nos últimos 4 (quatro) exercícios foram visitados 130 municípios. A média anual, por sua vez, foi de 50 (cinquenta) municípios fiscalizados.

A proposta do PAF – 2016 apresenta, ainda, as DIRETRIZES E ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, *in verbis* (peça nº 5, fl. 3 e ss.):

a) Integração dos trabalhos de auditoria das diretorias de fiscalização: A experiência do *Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas*, que auditou o cumprimento da Emenda Constitucional nº. 59/2009 e da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que determinam a universalização do acesso à pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade em 2016, estabeleceu um padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – formação de equipes multidisciplinares, composta por servidores de várias diretorias, que auditam um grande tema, saindo da visão parcial típica dos processos de fiscalização vinculados à prestação de contas.

b) Intensificação do uso de indicadores de desempenho como instrumento de auditoria para avaliar e monitorar a gestão de serviços públicos: A experiência do *Programa de Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense*, que em seu primeiro momento criou os indicadores de eficácia e eficiência da educação municipal, através da aferição do cumprimento de metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação (índice de eficácia) e seu confronto com a despesa por aluno (índice de eficiência) nas administrações municipais, em conjunto com o Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas, criou outro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – criação de indicadores de desempenho da gestão de recursos públicos e utilização desses para orientação dos trabalhos de fiscalização e monitoramento dos entes auditados e, ao mesmo tempo, aperfeiçoamento desses indicadores com base na sua utilização na fiscalização.

c) Desenvolvimento de competências de auditoria em temas estratégicos: Os esforços da Diretoria da Escola de Gestão Pública em promover cursos de capacitação dos servidores devem ser aproveitados pela atividade de fiscalização, para se apropriar desse conhecimento e aplicá-lo à auditoria, especialmente em temas considerados estratégicos pelo Tribunal de Contas.

d) Otimização dos trabalhos das equipes de treinamento e de visita técnica: O deslocamento de servidores do Tribunal para localidades no interior do Estado para realização de treinamentos ou de visitas técnicas pode ser aproveitado para exercer atividades de fiscalização “in loco” nesses municípios, especialmente a análise do controle interno do poder executivo local.

e) Aprimoramento dos “sistemas de análise automática”: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná vem construindo sistemas de análise automática das informações recebidas dos entes fiscalizados através dos seus sistemas de captação de dados. A experiência mais avançada nesse sentido é o Procedimento de Acompanhamento Remoto (Proar), que analisa automaticamente alguns dados encaminhados no Sistema de Informações Municipais (SIM). Além disso, um projeto com o objetivo de construir um sistema de “malha fina” para o Sistema Integrado de Transferências (SIT) e para o Sistema de Informações de Atos de Pessoal (SIAP) está em andamento.

Assim, uma das diretrizes da fiscalização é o aprimoramento desses sistemas, com o objetivo deles produzirem análises para as áreas temáticas definidas.

f) Ampliação do trabalho de análise prévia de editais de licitação e concurso: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no âmbito da DIFOP, vem desenvolvendo a expertise na análise prévia de editais de licitação de obras.

Além disso, há um módulo em desenvolvimento no SIAP cujo objetivo é realizar a análise prévia de editais de concurso público. Esse tipo de trabalho atua preventivamente junto ao jurisdicionado e tem resultado eficaz, ao impedir que atos potencialmente lesivos ao interesse público venham a ocorrer. Desse modo, outra diretriz da fiscalização é a ampliação desse trabalho no âmbito das diretorias, promovendo-o nas unidades onde ele já é realizado e incentivando a sua disseminação em outras unidades, com as adaptações que fizerem necessárias.

g) Promoção da utilização de Termos de Ajuste de Gestão (TAG's) como resultado de processos de auditoria: O TAG é um compromisso firmado entre o Tribunal de Contas e o jurisdicionado, onde, em comum acordo, impropriedades e irregularidades são identificadas e prazos para saná-las são estabelecidos. Esse é um instrumento jurídico previsto para ser implantando no Tribunal de Contas do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

em 2016 e, uma vez criado, ser utilizado nas auditorias, com apoio e incentivo da Coordenadoria-Geral.

Conforme acima exposto, a integração dos trabalhos de auditoria com a formação de equipes multidisciplinares terá por escopo auditar grandes temas. Deste modo, o Plano Anual de Fiscalização de 2016 priorizará a fiscalização no âmbito da Educação, Saúde, Despesa com Pessoal, Tecnologia da Informação e Operações de Crédito Cofinanciadas.

Ainda em relação às diretrizes e áreas temáticas prioritárias das atividades de fiscalização, constantes da proposta de PAF, verifica-se o seguinte planejamento (peça nº 5, fl. 5 e ss.):

<p>Na área temática de EDUCAÇÃO, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:</p>

<p>a) Formação de uma equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP, DAUD e DIFOP, para auditar o cumprimento da meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação (ampliação do acesso à creche e universalização da pré-escola) nos municípios paranaenses, nos moldes do trabalho desenvolvido no Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas. Para isso, haverá a utilização do Índice de Eficácia da Educação Municipal e do Índice de Eficiência da Despesa Municipal em Educação no planejamento da fiscalização e posterior monitoramento dos municípios fiscalizados.</p>
--

<p>b) Realização do monitoramento da observância, por parte dos municípios, da obrigatoriedade da publicação da demanda manifesta por vagas na educação</p>

<p>infantil e incorporação de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.</p>

<p>Na área temática de SAÚDE, as atividades de fiscalização</p>
--



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

prioritárias previstas são:

a) Criação de um protótipo de “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”, para orientar o planejamento da fiscalização na área de saúde, especialmente na subfunção “média e alta complexidade”, que abrange a assistência hospitalar e é em grande parte financiada por repasses do Governo Federal, sem prejuízo de outros elementos a serem aferidos, com o aprimoramento contínuo e ampliação dos indicadores criados para avaliar o desempenho da saúde pública.

b) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP e DAUD com o objetivo de levantar informações sobre o financiamento da média e alta complexidade nos municípios e no Estado e validar os dados do “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”.

c) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT e DAUD para a realização de uma auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, com o escopo a ser definido após o levantamento de informações sobre o tema e o aprimoramento dos indicadores de saúde.

d) Incorporação de informações sobre a eficiência dos repasses para hospitais privados, para auxiliar a instrução de processos relacionados a esse assunto, e de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIT.

e) Participação nos trabalhos referentes ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada (levantamento) em governança e gestão de saúde em organizações estaduais e municipais.

Na área temática de DESPESA COM PESSOAL, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipe de fiscalização da DICAP para auditar folha de pagamento nos municípios paranaenses, com foco na remuneração dos médicos das prefeituras, em conjunto com a auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Folha de Pagamento”, ministrado em 2015.

b) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIAP.

c) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal.

d) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional.

Na área temática de TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Utilização dos resultados do questionário de “Governança em Tecnologia da Informação”, a ser respondido pelos municípios a partir de fevereiro de 2016, para traçar um panorama da situação desse serviço público nos municípios paranaenses e utilização dessas informações para o planejamento da fiscalização na área de tecnologia da informação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

b) Formação de equipe de fiscalização para auditar a estrutura e a governança dos sistemas de tecnologia da informação nos municípios, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação”, ministrado em fevereiro de 2016.

c) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.

Na área temática de OPERAÇÕES DE CRÉDITO COFINANCIADAS, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipes de fiscalização multidisciplinares, composta por servidores da DAUD e da DIFOP, para a realização das auditorias das operações de crédito cofinanciadas pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Estão previstas auditorias nos seguintes programas/projetos: (i) Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano (BID - PROCIDADES) nos municípios de Cascavel, Curitiba, Maringá e Paranaguá; (ii) Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transportes (AFD – Curitiba); (iii) Projeto Família Paranaense (BID – Estado do Paraná); (iv) Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná (BIRD – Estado do Paraná) e (v) Projeto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (AFD – Toledo). Essas fiscalizações seguirão o que determinam os compromissos acordados entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e essas instituições.

Consta no Anexo I a programação de fiscalizações das Inspetorias de Controle Externo; no Anexo II encontram-se as fiscalizações determinadas por deliberações do Tribunal Pleno, Primeira e Segunda Câmaras, previstas para o exercício de 2016.

A Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo – DMAA, por meio da Informação nº 22/16 (peça nº 7), noticiou que tem condições de atender às



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

necessidades de deslocamento dos funcionários deste Tribunal, colocando à disposição os veículos nas datas estabelecidas.

A Diretoria de Finanças – DF, por sua vez, atestou a disponibilidade orçamentária, indicando o FIR nº 15/2016/TCE, nos termos da Informação nº 51/16 (peça nº 8).

É o relatório.

2. VOTO

Na presente proposta de Plano Anual de Fiscalização observam-se importantes mudanças de paradigma no âmbito da atividade fiscalizatória, destacando-se a escolha de áreas temáticas prioritárias, a realização de fiscalizações integradas, bem como o uso de índices de efetividade do gasto público como instrumento de auditoria.

Tais medidas, além de padronizar os processos de trabalho e procedimentos de controle externo, proporcionarão uma análise global do gasto público, abandonando-se a visão típica parcial dos processos de fiscalização vinculados à prestação de contas.

Ainda, nota-se que a intensificação do uso de indicadores de desempenho como ferramenta de fiscalização facilitará não apenas a avaliação da situação dos entes, mas também o monitoramento da gestão dos serviços públicos, o que será bastante profícuo no cotidiano de trabalho desta Corte de Contas.

A eficiência da despesa, validada por indicadores de desempenho, criados no âmbito do Programa de Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense, em desenvolvimento por técnicos deste Tribunal desde 2015, irá contribuir para a seleção dos entes a serem auditados, assim como para aferir a correta aplicação dos recursos públicos.

Do mesmo modo, será muito frutífero o aprimoramento de sistemas de análise automática de informações, que já se revelou vantajoso e proficiente nesta casa por meio do Procedimento de Acompanhamento Remoto – PROAR.

Ressalto que os relatórios de fiscalização observarão as Normas de Auditoria Governamental, bem como estarão sujeitos a controle de qualidade a ser realizado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

sob a supervisão da Coordenadoria-Geral, garantindo que o produto da fiscalização apresente-se de modo límpido e escorreito.

Cumprе salientar, também, que a definição de diretrizes e áreas temáticas prioritárias não impedirá a realização de auditorias fora do escopo traçado no Plano Anual de Fiscalização.

Por meio de comunicação à Coordenadoria-Geral e ulterior deliberação do Gabinete da Presidência, situações extraordinárias e relevantes, as quais exijam atuação deste Tribunal de Contas, por certo serão avaliadas.

Dessa forma, em atendimento ao artigo 16¹, inciso “L”, do Regimento Interno, e considerando a existência de recursos orçamentários, financeiros e demais elementos necessários à execução do Plano Anual de Fiscalização para o presente exercício, bem como a função precípua deste Tribunal de Contas em desenvolver e manter procedimentos de fiscalização que promovam a atuação preventiva contra a utilização ilegal, antieconômica, ineficiente e ineficaz dos recursos públicos, **VOTO** pela **aprovação** do Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2016.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

Aprovar o Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2016.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e IVENS ZSCHOERPER LINHARES .

¹ **Art. 16.** Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

[...]

L - encaminhar ao Tribunal Pleno, para apreciação, o Plano Anual de Fiscalização, coordenado pela Diretoria-Geral;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2016 – Sessão nº 6.

IVAN LELIS BONILHA
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 694/2016 – Tribunal Pleno, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1306, do dia 26/02/2016, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 29/02/2016



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N ° : 106725/16
ORIGEM : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO : PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
INFORMAÇÃO : 167/16

Certifico que procedi a liberação de cópias deste processo no CPF nº 842.130.359-72, em atendimento ao Despacho nº 970/16 do Exmo. Sr. Presidente, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, exarado no Processo nº 158890/16, conforme solicitado.

DP, em 14 de março de 2016.

CLEUZA BAIS LEAL - Diretora

51.032-7

DP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo Nº: 10672-5/16

Assunto: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Data hora protocolização: 17/02/2016 17:04

Data entrega: 16/02/2016

Sujeitos do Processo			
Papel	Nome	CPF/CNPJ	Procuradores
Interessado	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	77.996.312/0001-21	

Peças do Processo

Ofício 4/2016 - DAUD

Ofício - 118/2016 - DG

Despacho - 645/2016 - GP

Plano Anual de Fiscalização - PAF 2016

Procedimentos Administrativos Vinculados

10672-5/16 - Ofícios e Comunicações Internas - Comunicação à Diretoria Geral

Curitiba, 17/02/2016 17:12

Documento assinado digitalmente

ELISA DOLORES TEREZA PEREZ MOLLINAR

Matrícula Nº 504980



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE AUDITORIAS

Ofício nº 4/16-DAUD

Curitiba, 16 de Fevereiro de 2016

Assunto: Plano Anual de Fiscalização – PAF 2016

Senhora Diretora Geral,

Em atenção ao disposto no art. 164, VII, e art. 260, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda no art. 1º da Resolução nº 07/2006, encaminhamos o PAF - Plano Anual de Fiscalização para o exercício financeiro de 2016, elaborado pela Coordenadoria Geral com base nas informações das unidades administrativas, para fins de apreciação do Tribunal de Pleno, conforme art. 52, XXXIX do Regimento Interno.

Atenciosamente,

ALEXANDRE FAILA COELHO
Diretor – matrícula nº 506770

ILUSTRÍSSIMA SENHORA
DANIELE CARRIEL STRADIOTTO
Diretora Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA-GERAL

Ofício n.º 118/16-DG

Curitiba, 16 de fevereiro de 2016.

Assunto: **Plano Anual de Fiscalização**

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto nos arts. 150, XII, e 260, do Regimento Interno, e ainda no art. 1º, § 1º, da Resolução nº 07/2006, de 21/12/2006, encaminho a Vossa Excelência o Plano Anual de Fiscalização das unidades administrativas do Tribunal, em anexo, para o exercício financeiro de 2016, consolidado pela Diretoria de Auditorias – DAUD, para fins de apreciação pelo Tribunal Pleno, conforme arts. 5º, XXXIX, e 16, L, do Regimento Interno.

Respeitosamente,

DANIELE CARRIEL STRADIOTTO

Diretora-Geral

Excelentíssimo Senhor Conselheiro **IVAN LELIS BONILHA**
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Gabinete da Presidência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROCEDIMENTO Nº: 106725/16

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Paraná

ASSUNTO: Comunicação à Diretoria Geral

DESPACHO Nº: 645/16-GP

Trata-se de expediente oriundo da Diretoria de Auditorias, por meio do qual encaminha o Plano Anual de Fiscalização – PAF para o exercício financeiro de 2016.

Remeta-se o presente procedimento administrativo à Diretoria de Protocolo para adoção das seguintes providências:

a) Protocolização e autuação deste processo como “Plano Anual de Fiscalização”; e

b) Distribuição da relatoria a este Presidente, nos termos dos artigos 16, inciso L, e 260 do Regimento Interno.

Após, encaminhem-se os autos à Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo e à Diretoria de Finanças para informar.

Por fim, após manifestação das unidades acima referidas, retornem ao Gabinete da Presidência.

Gabinete da Presidência, em 17 de Fevereiro de 2016.

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

2016

PLANO ANUAL DE
FISCALIZAÇÃO

PAF 2016



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE 2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

A. Exposição de motivos:

1. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem um duplo desafio em 2016: intensificar a atividade de fiscalização nos municípios e diminuir o estoque de processos. Para realizar tais atividades, há um limite: o pessoal lotado nas diretorias ligadas à atividade de fiscalização, que executará ambas as tarefas.

2. Diante de tal limitação de recursos, há a necessidade da existência de um gerenciamento superior, para integrar e coordenar o trabalho de fiscalização e conjugar esforços para diminuir o estoque de processos. Esse gerenciamento superior será realizado pela Coordenadoria Geral e seguirá as diretrizes traçadas e as áreas temáticas prioritárias definidas pelo Plano Anual de Fiscalização (PAF).

3. Destaca-se que o gerenciamento do controle externo através da Coordenadoria Geral é uma solução institucional semelhante à adotada com sucesso por outros Tribunais de Contas, como é o caso do TCU, com a Secretaria Geral de Controle Externo, do TCE/MG, com a Superintendência de Controle Externo, do TCE/PE, com a Coordenadoria de Controle Externo, do TCE/RS, com a Direção de Controle e Fiscalização, do TCE/RJ, com a Secretaria Geral de Controle Externo, e do TCE/SP com os Departamentos de Supervisão e Fiscalização.

4. Além disso, o gerenciamento superior realizado pela Coordenadoria Geral contribui para a padronização dos processos de trabalho e dos procedimentos de controle externo, auxiliando o TCE-PR a alcançar os seus objetivos de simplificar a burocracia e os processos de trabalho e aperfeiçoar os procedimentos de controle externo, previstos no Planejamento Estratégico 2008-2016. Esse alinhamento com o planejamento estratégico e as diretrizes do Tribunal está previsto na norma de auditoria governamental nº. 30.1.1, que trata do PAF.

5. A fiscalização aqui referida pressupõe o desenvolvimento do trabalho em quatro níveis: (i) análise automatizada, com escopo simplificado, em razão de disposição constitucional ou legal; (ii) fiscalização concomitante, atuando em sistema de “malha fina”, com critérios objetivos para seleção dos itens a serem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

analisados e fiscalizando as entidades de modo macro; (iii) auditorias “in loco” de forma integrada, com equipes multidisciplinares, planejadas a partir de indícios e indicadores gerados nos dois níveis anteriores, assim como baseadas em temas relevantes e (iv) atuação de cunho preventivo por meio de treinamentos de boas práticas e procedimentos de controle, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores.

6. As atividades de fiscalização e instrução de processos serão realizadas concomitantemente ao longo do ano. No entanto, haverá uma priorização da fiscalização “in loco” no primeiro semestre e da instrução de processos e demais atividades de fiscalização no segundo semestre de 2016.

7. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná planeja executar atividades de fiscalização in loco em 100 municípios até o final de 2016. Tal meta está em conformidade com a diretriz estabelecida pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da qual o TCE-PR faz parte, de aumentar gradativamente a atividade de fiscalização municipal, de forma a visitar cada município do Estado pelo menos uma vez a cada ciclo de gestão local, ou seja, pelo menos uma vez a cada 4 anos, em um primeiro momento.

8. As atividades de fiscalização dos órgãos da administração pública estadual estão sob responsabilidade das Inspetorias de Controle Externo (ICEs), conforme o art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas. A programação das fiscalizações e o cronograma de viagens previstas pelas ICEs em 2016 compõe o PAF e encontra-se no Anexo I.

B. Diretrizes e áreas temáticas prioritárias das atividades de fiscalização:

9. São as diretrizes que nortearão a atividade de fiscalização no âmbito da Coordenadoria Geral:

a) Integração dos trabalhos de auditoria das diretorias de fiscalização: A experiência do *Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas*, que auditou o cumprimento da Emenda Constitucional nº. 59/2009 e da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que determinam a universalização do acesso à pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade em 2016, estabeleceu um padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – formação de equipes multidisciplinares, composta por servidores de várias diretorias, que auditam um grande tema, saindo da visão parcial típica dos processos de fiscalização vinculados à prestação de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

b) Intensificação do uso de indicadores de desempenho como instrumento de auditoria para avaliar e monitorar a gestão de serviços públicos: A experiência do *Programa de Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense*, que em seu primeiro momento criou os indicadores de eficácia e eficiência da educação municipal, através da aferição do cumprimento de metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação (índice de eficácia) e seu confronto com a despesa por aluno (índice de eficiência) nas administrações municipais, em conjunto com o Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas, criou outro padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – criação de indicadores de desempenho da gestão de recursos públicos e utilização desses para orientação dos trabalhos de fiscalização e monitoramento dos entes auditados e, ao mesmo tempo, aperfeiçoamento desses indicadores com base na sua utilização na fiscalização.

c) Desenvolvimento de competências de auditoria em temas estratégicos: Os esforços da Diretoria da Escola de Gestão Pública em promover cursos de capacitação dos servidores devem ser aproveitados pela atividade de fiscalização, para se apropriar desse conhecimento e aplicá-lo à auditoria, especialmente em temas considerados estratégicos pelo Tribunal de Contas.

d) Otimização dos trabalhos das equipes de treinamento e de visita técnica: O deslocamento de servidores do Tribunal para localidades no interior do Estado para realização de treinamentos ou de visitas técnicas pode ser aproveitado para exercer atividades de fiscalização “in loco” nesses municípios, especialmente a análise do controle interno do poder executivo local.

e) Aprimoramento dos “sistemas de análise automática”: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná vem construindo sistemas de análise automática das informações recebidas dos entes fiscalizados através dos seus sistemas de captação de dados. A experiência mais avançada nesse sentido é o Procedimento de Acompanhamento Remoto (Proar), que analisa automaticamente alguns dados encaminhados no Sistema de Informações Municipais (SIM). Além disso, um projeto com o objetivo de construir um sistema de “malha fina” para o Sistema Integrado de Transferências (SIT) e para o Sistema de Informações de Atos de Pessoal (SIAP) está em andamento. Assim, uma das diretrizes da fiscalização é o aprimoramento desses sistemas, com o objetivo deles produzirem análises para as áreas temáticas definidas.

f) Ampliação do trabalho de análise prévia de editais de licitação e concurso: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no âmbito da DIFOP, vem desenvolvendo a expertise na análise prévia de editais de licitação de obras. Além disso, há um módulo em desenvolvimento no SIAP cujo objetivo é realizar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

a análise prévia de editais de concurso público. Esse tipo de trabalho atua preventivamente junto ao jurisdicionado e tem resultado eficaz, ao impedir que atos potencialmente lesivos ao interesse público venham a ocorrer. Desse modo, outra diretriz da fiscalização é a ampliação desse trabalho no âmbito das diretorias, promovendo-o nas unidades onde ele já é realizado e incentivando a sua disseminação em outras unidades, com as adaptações que fizerem necessárias.

g) Promoção da utilização de Termos de Ajuste de Gestão (TAG's) como resultado de processos de auditoria: O TAG é um compromisso firmado entre o Tribunal de Contas e o jurisdicionado, onde, em comum acordo, impropriedades e irregularidades são identificadas e prazos para saná-las são estabelecidos. Esse é um instrumento jurídico previsto para ser implantando no Tribunal de Contas do Estado do Paraná em 2016 e, uma vez criado, ser utilizado nas auditorias, com apoio e incentivo da Coordenadoria Geral.

10. São as áreas temáticas prioritárias da fiscalização no âmbito da Coordenadoria Geral:

- a) Educação;
- b) Saúde;
- c) Despesa com pessoal;
- d) Tecnologia da informação;
- e) Operações de crédito cofinanciadas.

11. Na área temática de educação, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de uma equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP, DAUD e DIFOP, para auditar o cumprimento da meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação (ampliação do acesso à creche e universalização da pré-escola) nos municípios paranaenses, nos moldes do trabalho desenvolvido no Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas. Para isso, haverá a utilização do Índice de Eficácia da Educação Municipal e do Índice de Eficiência da Despesa Municipal em Educação no



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

planejamento da fiscalização e posterior monitoramento dos municípios fiscalizados.

b) Realização do monitoramento da observância, por parte dos municípios, da obrigatoriedade da publicação da demanda manifesta por vagas na educação infantil e incorporação de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.

12. Na área temática de **saúde**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Criação de um protótipo de “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”, para orientar o planejamento da fiscalização na área de saúde, especialmente na subfunção “média e alta complexidade”, que abrange a assistência hospitalar e é em grande parte financiada por repasses do Governo Federal, com o aprimoramento contínuo dos indicadores criados para avaliar o desempenho da saúde pública.

b) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP, DAUD e 7ª ICE¹ com o objetivo de levantar informações sobre o financiamento da média e alta complexidade nos municípios e no Estado e validar os dados do “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”.

c) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DAUD e 7ª ICE para a realização de uma auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, com o escopo a ser definido após o levantamento de informações sobre o tema e o aprimoramento dos indicadores de saúde.

d) Incorporação de informações sobre a eficiência dos repasses para hospitais privados, para auxiliar a instrução de processos relacionados a esse assunto, e de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIT.

e) Participação nos trabalhos referentes ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos

¹ Atualmente, a 7ª Inspeção de Controle Externo é a responsável pela fiscalização da Secretaria Estadual de Saúde, por esse motivo participará das fiscalizações integradas nessa área temática.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada (levantamento) em governança e gestão de saúde em organização estaduais e municipais.

13. Na área temática de **despesa com pessoal**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipe de fiscalização da DICAP para auditar folha de pagamento nos municípios paranaenses, com foco na remuneração dos médicos das prefeituras, em conjunto com a auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Folha de Pagamento”, ministrado em 2015.

b) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIAP.

c) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal.

d) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional.

14. Na área temática de **tecnologia de informação**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Utilização dos resultados do questionário de “Governança em Tecnologia da Informação”, a ser respondido pelos municípios a partir de fevereiro de 2016, para traçar um panorama da situação desse serviço público nos municípios



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

paranaenses e utilização dessas informações para o planejamento da fiscalização na área de tecnologia da informação.

b) Formação de equipe de fiscalização para auditar a estrutura e a governança dos sistemas de tecnologia da informação nos municípios, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação”, ministrado em fevereiro de 2016.

c) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.

15. Na área temática de **operações de crédito cofinanciadas**, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipes de fiscalização multidisciplinares, composta por servidores da DAUD e da DIFOP, para a realização das auditorias das operações de crédito cofinanciadas pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Estão previstas auditorias nos seguintes programas/projetos: (i) Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano (BID - PROCIDADES) nos municípios de Cascavel, Curitiba, Maringá e Paranaguá; (ii) Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transportes (AFD – Curitiba); (iii) Projeto Família Paranaense (BID – Estado do Paraná); (iv) Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná (BIRD – Estado do Paraná) e (v) Projeto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (AFD – Toledo). Essas fiscalizações seguirão o que determinam os compromissos acordados entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e essas instituições.

C. Considerações:

16. Os relatórios de fiscalização observarão as Normas de Auditoria Governamental - NAGs (Resolução nº. 42/2013) e terão controle de qualidade a ser realizado sob supervisão da Coordenadoria Geral.

17. As fiscalizações determinadas por Acórdãos do Tribunal Pleno ou das Câmaras para serem realizadas pelas diretorias no ano de 2016 fazem parte do PAF desse ano e estão listadas no Anexo II.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria Geral

18. As diretorias poderão propor auditorias ao longo do ano, desde que alinhadas às diretrizes do PAF e contemplem uma área temática prioritária. Essas proposições serão analisadas pela Coordenadoria Geral, sob os critérios de relevância, materialidade, risco e oportunidade, conforme o exposto na NAG nº. 30.1.1.4, e submetidas à Presidência, que aprovará ou não a sua inclusão no PAF.

19. A divulgação das entidades a serem auditadas ao longo da execução do PAF 2016 obedecerá ao critério da conveniência de dar publicidade à ação fiscalizatória do Tribunal, conforme o exposto na NAG nº. 30.1.1.5.

20. Para fins de cálculo do impacto financeiro estimado e reserva de automóveis do TCE-PR para a execução do PAF das diretorias, considera-se a previsão de realizar 100 fiscalizações “in loco” e 1.000 diárias para servidores em 2016.

21. A definição de diretrizes e áreas temáticas prioritárias não impede a realização de auditorias fora do escopo traçado no PAF, desde que situações extraordinárias relevantes que exijam a atuação do Tribunal de Contas sejam constatadas pelo Gabinete da Corregedoria Geral, analisadas pela Coordenadoria Geral e submetidas à Presidência, que aprovará ou não a sua inclusão no PAF.

BARBARA GONÇALVES MARCELINO PEREIRA
Coordenadora Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: PRIMEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 1ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
2	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
3	FUNDO DE AVAL RURAL - FAR	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
4	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
5	FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO - FEM	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
6	PARANÁ DESENVOLVIMENTO S/A	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
7	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - BADEP	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
8	COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO - PRSEC	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
9	COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
10	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Londrina	mai-16	mai-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	16-mai-16	20-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
11	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Maringá	mai-16	mai-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	16-mai-16	20-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
12	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Guarapuava	out-16	out-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	17-out-16	21-out-16	5	2	1	PRÓPRIO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: PRIMEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 1ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
13	*CRE - DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA	Ponta Grossa	out-16	out-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira/orçamentária e efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
14	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
15	IPCE - Instituto Paranaense de Ciência do Esporte	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
16	CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA - CCC	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
17	PARANÁ TURISMO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
18	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
19	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
20	PARANÁCIDADE	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
21	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	NÃO						
22	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
23	E-PARANÁ COMUNICAÇÃO	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
24	RTVE	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						
25	SANEPAR	Curitiba	jan-15	dez-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: PRIMEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 1ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)
26	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Londrina	mai-15	mai-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	09-mai-16	13-mai-16	5	4	1	PRÓPRIO
27	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Maringá	jul-15	jul-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	11-jul-16	15-jul-16	5	4	1	PRÓPRIO
28	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Cascavel	set-15	set-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	26-set-16	30-set-16	5	4	1	PRÓPRIO
29	* SANEPAR - ESCRITÓRIOS REGIONAIS	Guarapuava	nov-15	nov-15	INSPEÇÃO	Analisar a execução financeira / orçamentária e a efetividade das ações institucionais	RELEVÂNCIA	SIM	21-set-16	25-set-16	5	4	1	PRÓPRIO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
1	DETRAN	PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	VEÍCULO ICE
2	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	VEÍCULO ICE
3	COHAPAR	CAMPO MOURÃO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	VEÍCULO ICE
4	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	FRANCISCO BELTRÃO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
5	ELEJOR	CANDÓI	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
6	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	MARINGÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
7	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	TOLEDO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
8	ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO	BRASÍLIA - DF	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	0	AÉREO
9	COHAPAR	FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	2-mai-16	6-mai-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
10	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
11	SÃO BENTO HOLDING - OLHO D'ÁGUA - BOA VISTA - FAROL - SÃO BENTO DO NORTE	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	16-mai-16	20-mai-16	5	3	0	AÉREO
12	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	16-mai-16	20-mai-16	5	3	1	VEÍCULO ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
13	UEGA - USINA ELÉTRICA A GÁS DE ARAUCÁRIA LTDA	ARAUCÁRIA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	23-mai-16	25-mai-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
14	HOLDING BRISA POTIGUAR - ASA BRANCA I - ASA BRANCA II - ASA BRANCA III - NOVA EURUS IV	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	0	AÉREO
15	DETRAN	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
16	DETRAN	CAMPO LARGO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
17	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSORA S/A	RIO DE JANEIRO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	3	0	AÉREO
18	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	UMUARAMA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	13-jun-16	17-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
19	COHAPAR	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	20-jun-16	24-jun-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
20	DETRAN	MARINGÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	27-jun-16	1-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
21	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	PATO BRANCO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	4-jul-16	8-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
22	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	CASCAVEL	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
23	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	MATO GROSSO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	3	0	AÉREO
24	SANTA MARIA - SANTA HELENA - SANTO URIEL	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	18-jul-16	22-jul-16	5	3	0	AÉREO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
25	DETRAN	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	25-jul-16	29-jul-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
26	COMPAGAS	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	1-ago-16	5-ago-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
27	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSORA S/A	A DEFINIR	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
28	COHAPAR	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
29	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	MARINGÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	15-ago-16	19-ago-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
30	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	19-set-16	23-set-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
31	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
32	COMPAGAS	LONDRINA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	3-out-16	7-out-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
33	CUTIA HOLDING - MARIA HELENA S.A - CUTIA S.A - ESPERANÇA DO NORDESTE S.A - GUAJIRU S.A - PARAÍSO DOS VENTOS NORDESTE S.A - POTIGUAR S.A - JANGADA S.A - SÃO BENTO DO NORTE I S.A - SÃO BENTO DO NORTE II S.A - SÃO BENTO DO NORTE III S.A - SÃO MIGUEL I - SÃO MIGUEL II - SÃO MIGUEL III.	RIO GRANDE DO NORTE	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	3	0	AÉREO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO**

Unidade: SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 2ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO / ESTADO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FISCALIZAÇÃO DECORRENTE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL	PLANO DE VIAGEM					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
									DATA INÍCIO DA VIAGEM	DATA FINAL DA VIAGEM	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	TIPO VEÍCULO
34	COHAPAR	A DEFINIR	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
35	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	CAMPO MOURÃO	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	24-out-16	28-out-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
36	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
37	DETRAN	ARAUCÁRIA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA
38	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	A DEFINIR	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
39	DETRAN	GOIOERÊ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	SIM	NÃO	28-nov-16	2-dez-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
40	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A	PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	3	1	VEÍCULO ICE
41	CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL	TELÊMACO BORBA	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, patrimonial nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	NÃO	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	3	1	VEÍCULO DMMA

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO				PLANO DE VIAGEM									
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO							
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS		
1	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SESP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO								
2		Curitiba	mar/16	abr/16	MONITORAMENTO	Monitoramento de auditoria operacional realizada em unidades do Instituto Médico Legal (IML)	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO								
3		Maringá	mar/16	abr/16			DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	28/03/16	30/03/16	3	3	1	PRÓPRIO		
4		Londrina	mar/16	abr/16			DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	31/03/16	01/04/16	2	3	1	PRÓPRIO		
5		Maringá	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de contratos de fornecimento de alimentação para os presídios	RELEVÂNCIA	NÃO	11/07/16	12/07/16	2	2	1	PRÓPRIO		
6		Londrina	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	13/07/16	15/07/16	3	2	1	PRÓPRIO		
7		Cascavel	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	25/07/16	27/07/16	3	2	1	PRÓPRIO		
8		Guarapuava	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de contratos de fornecimento de alimentação para delegacias	RELEVÂNCIA	NÃO	28/07/16	29/07/16	2	2	1	PRÓPRIO		
9		Maringá	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	11/07/16	12/07/16	2	1	1	PRÓPRIO		
10		Londrina	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	13/07/16	15/07/16	3	1	1	PRÓPRIO		
11		Cascavel	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de obras em Penitenciárias, Casas de Custódia, Cadeias Públicas e Centro de Integração Social	RELEVÂNCIA	NÃO	25/07/16	27/07/16	3	2	1	PRÓPRIO		
12		Guarapuava	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	28/07/16	29/07/16	2	2	1	PRÓPRIO		
13		Maringá	ago/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	04/08/16	05/08/16	2	2	1	PRÓPRIO		
14		Londrina	ago/16	ago/16	INSPEÇÃO		RELEVÂNCIA	NÃO	01/08/16	03/08/16	3	2	1	PRÓPRIO		
15		Campo Mourão	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	30/05/16	02/06/16	4	2		PRÓPRIO		
16		Cascavel	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	08/06/16	10/06/16	3	2	1	PRÓPRIO		
17		Piraquara	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	23/05/16	23/05/16	1	2	1	PRÓPRIO		
18		Guarapuava	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	06/06/16	07/06/16	2	2	1	PRÓPRIO		
19	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FUNESP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO								
20	FUNDO ESTADUAL DE REEQUIPAMENTO DE TRANSITO (FUNRESTRAN)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO								

CCPIA DIGITAL CONFERIDA COMO DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO				PLANO DE VIAGEM								
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
21	FUNDO DE ATENDIMENTO A SAÚDE DO POLICIAIS MILITARES (FASPM)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
22	FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (FESD)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
23	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ (FUPEN)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
24	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA (SEJU)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
25		Pinhais	jul/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de contratos de fornecimento de alimentação para os CENSEs	RELEVÂNCIA	NÃO	25/07/16	25/07/16	1	2	1	PRÓPRIO	
		Maringá	jul/16	jul/16			RELEVÂNCIA	NÃO	11/07/16	12/07/16	2	1	1	PRÓPRIO	
26		Londrina	jul/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	13/07/16	15/07/16	3	1	1	PRÓPRIO	
		Pinhais	jun/16	jul/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de obras em CENSEs	RELEVÂNCIA	NÃO	20/06/16	20/06/16	1	3	1	PRÓPRIO	
27		Maringá	ago/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	04/08/16	05/08/16	2	1	1	PRÓPRIO	
28	Londrina	jun/16	jul/16	RELEVÂNCIA			NÃO	01/08/16	03/08/16	3	1	1	PRÓPRIO		
29	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (FECON)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COMO DOCUMENTO DE ORIGEM

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO**

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					PLANO DE VIAGEM						
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
30	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
31	FEMALP	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
32	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
33	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO (AGE)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
34	INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO (IPARDES)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						
35	IPEM	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO				PLANO DE VIAGEM								
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
36	PARANÁ PROJETOS	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
37	AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO (APD)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
38	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
39	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	Maringá	ago/16	ago/16	INSPEÇÃO	Fiscalização de sistema e contrato de prestadores de serviço de manutenção de veículos	RELEVÂNCIA	NÃO	04/08/16	05/08/16	2	1	1	PRÓPRIO	
40		Londrina	ago/16	ago/16			RELEVÂNCIA	NÃO	01/08/16	03/08/16	3	1	1	PRÓPRIO	
41		Cascavel	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	08/06/16	10/06/16	3	1	1	PRÓPRIO	
42		Campo Mourão	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	30/05/16	02/06/16	4	1	1	PRÓPRIO	
43		Guarapuava	jun/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	06/06/16	07/06/16	2	1	1	PRÓPRIO	
43	Paranaquá	mai/16	jun/16			RELEVÂNCIA	NÃO	30/05/16	30/05/16	1	2	1	PRÓPRIO		
44	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO (DEAP)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
45	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ (JUCEPAR)	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 3ª ICE

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					PLANO DE VIAGEM							
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
46	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAPREVIDÊNCIA	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
47	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
48	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DO PARANÁ	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							
49	FUNDO MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ	Curitiba	jan/16	dez/16	ACOMPANHAMENTO	Exercer a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão, sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos termos do inciso I do artigo 157 do Regimento Interno.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO							

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 5ª ICE

COPIA IMPRIMIDA - AUTENTICADA COM DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO								PLANO DE VIAGEM						
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEIL	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar atividades de fiscalização nos termos do inciso I art. 157 do Regimento Interno, no que tange às áreas contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão dos jurisdicionados sob o aspecto da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, nos exercícios para os quais for designada, consoante aos critérios e procedimentos estabelecidos no Manual de Fiscalização desta 5ª ICE.	Relevância / Materialidade	SIM	**	**	**	**	**	**
2	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA	Paranaguá	fev-16	fev-16	ACOMPANHAMENTO			NÃO	a definir	a definir	5	3	1	PRÓPRIO
			mar-16	mar-16				14/03/2016	18/03/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			abr-16	abr-16				25/04/2016	29/04/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			mai-16	mai-16				16/05/2016	20/05/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			jun-16	jun-16				27/06/2016	01/07/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			jul-16	jul-16				18/07/2016	22/07/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			ago-16	ago-16				22/08/2016	26/08/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			set-16	set-16				26/09/2016	30/09/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			out-16	out-16				17/10/2016	21/10/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			nov-16	nov-16				21/11/2016	25/11/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
dez-16	dez-16	12/12/2016	16/12/2016	5	3			1	PRÓPRIO					
3	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
		Ponta Grossa	abr-16	abr-16					06/04/2016	06/04/2016	1	2	1	PRÓPRIO
		Paranaguá	abr-16	abr-16					13/04/2016	13/04/2016	1	2	1	PRÓPRIO
		Londrina, Maringá	mai-16	mai-16					09/05/2016	13/05/2016	5	3	1	PRÓPRIO
		Cascavel	jun-16	jun-16					20/06/2016	24/06/2016	5	3	1	PRÓPRIO
		Londrina, Maringá, Cascavel	nov-16	dez-16					28/11/2016	02/12/2016	5	3	1	PRÓPRIO
4	ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. - FERROESTE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
		Cascavel e Guarapuava	mar-16	abr-16					28/03/2016	01/04/2016	5	2	1	PRÓPRIO
5	PARANÁ EDIFICAÇÕES - PE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	03/10/2016	07/10/2016	5	2	1	PRÓPRIO		
			abr-16	dez-16			**	**	**	**	**	**		
			Londrina, Maringá	mai-16			mai-16	02/05/2016	06/05/2016	5	3	1	PRÓPRIO	
			Guarapuava, Ponta Grossa e Irati	jun-16			jun-16	13/06/2016	17/06/2016	5	2	1	PRÓPRIO	
			Pato Branco, Cascavel e Toledo	set-16			set-16	12/09/2016	16/09/2016	5	2	1	PRÓPRIO	
			Santo Antônio da Platina	out-16			out-16	24/10/2016	28/10/2016	5	2	1	PRÓPRIO	
Paranavaí e Apucarana	nov-16	nov-16	07/11/2016	11/11/2016	5	2	1	PRÓPRIO						
6	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	**	**	**	**	**	**		
7	DEFENSORIA PÚBLICA	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	**	**	**	**	**	**		
8	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FADEP	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	SIM	**	**	**	**	**	**		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: QUINTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 5ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO								PLANO DE VIAGEM						
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INICIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INICIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
9	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
10	FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
11	SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
12	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEM	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
13	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FRH/PR	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
14	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
15	INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ - AGUASPARANÁ	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
16	INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS - ITC	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**
17	SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ - MINEROPAR	Curitiba	abr-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO			SIM	**	**	**	**	**	**

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEXTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO -6ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	CAA
2	UNESPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	PRÓPRIO
3	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	3	1	CAA
4	UNESPAR	PARANAVAÍ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	3	1	PRÓPRIO
5	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO AUD.OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	4	1	CAA
6	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-mar-16	11-mar-16	5	4	1	PRÓPRIO
7	UNIOSTE	CASCAVEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	14-mar-16	18-mar-16	5	3	1	PRÓPRIO
8	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	14-mar-16	18-mar-16	5	3	1	CAA
9	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	21-mar-16	24-mar-16	4	4	1	PRÓPRIO
10	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-mar-16	1-abr-16	5	3	1	PRÓPRIO
11	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-mar-16	1-abr-16	5	3	1	CAA
12	UNESPAR	PARANAGUÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-mar-16	1-abr-16	5	3	1	CAA
13	UNIOSTE	CASCAVEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-abr-16	15-abr-16	5	3	1	PRÓPRIO
14	UNESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-abr-16	15-abr-16	5	3	1	CAA
15	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD.OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	18-abr-16	20-abr-16	3	4	1	PRÓPRIO
16	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	18-abr-16	20-abr-16	3	4	1	CAA
17	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	1	CAA
18	UNESPAR	PARANAVAÍ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	25-abr-16	29-abr-16	5	3	1	PRÓPRIO
19	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	2-mai-16	6-mai-16	5	3	1	PRÓPRIO
20	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD.OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	4	1	CAA
21	UNIOSTE	MAL C.RONDON-TOLEDO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	3	1	PRÓPRIO
22	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	9-mai-16	13-mai-16	5	4	1	CAA
23	UNESPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	16-mai-16	20-mai-16	5	3	1	PRÓPRIO
24	UNIOSTE	FOZ DO IGUAÇU	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	1	PRÓPRIO
25	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	3	1	CAA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEXTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO -6ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
26	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD. OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	4		PRÓPRIO
27	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	13-jun-16	17-jun-16	5	3	1	PRÓPRIO
28	UNESPAR	PARANAVAI	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	13-jun-16	17-jun-16	5	3	1	CAA
29	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	20-jun-16	24-jun-16	5	3	1	PRÓPRIO
30	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	20-jun-16	24-jun-16	5	4	1	CAA
31	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	27-jun-16	1-jul-16	5	3	1	PRÓPRIO
32	UNESPAR	PARANAGUÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	27-jun-16	1-jul-16	5	3	1	CAA
33	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZ. DO ÓRGÃO-AUD. OBRAS	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	4	1	CAA
34	UNIOESTE	FRANCISCO BELTRÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	3	1	PRÓPRIO
35	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	4	1	CAA
36	UNESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	18-jul-16	22-jul-16	5	3	1	PRÓPRIO
37	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	25-jul-16	29-jul-16	5	3	1	PRÓPRIO
38	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	1-ago-16	5-ago-16	5	3	1	CAA
39	UNESPAR	PARANAVAI	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	1-ago-16	5-ago-16	5	3	1	PRÓPRIO
40	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	3	1	PRÓPRIO
41	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	15-ago-16	19-ago-16	5	3	1	PRÓPRIO
42	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	15-ago-16	19-ago-16	5	4	1	CAA
43	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	22-ago-16	26-ago-16	5	3	1	PRÓPRIO
44	UNESPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	22-ago-16	26-ago-16	5	3	1	CAA
45	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	29-ago-16	2-set-16	5	3	1	PRÓPRIO
46	UNIOSTE	CASCATEL	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-set-16	16-set-16	5	3	1	PRÓPRIO
47	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-set-16	16-set-16	5	3	1	CAA
48	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	19-set-16	23-set-16	5	4	1	PRÓPRIO
49	UNICENTRO	GUARAPUAVA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	3	1	PRÓPRIO
50	UNESPAR	PARANAGUÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	3	1	CAA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SEXTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO -6ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
51	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	3-out-16	7-out-16	5	3	1	PROPRIO
52	UNIOSTE	MAL C..RONDON-TOLEDO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	3	1	PROPRIO
53	UEPG	PONTA GROSSA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	4	1	CAA
54	UENP	JACAREZINHO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	24-out-16	28-out-16	5	3	1	PROPRIO
55	UNESPAR	UNIÃO DA VITÓRIA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	24-out-16	28-out-16	5	3	1	CAA
56	UNIOSTE	FOZ DO IGUAÇU	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	PROPRIO
57	UNESPAR	PARANAÍ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	7-nov-16	11-nov-16	5	3	1	CAA
58	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	3	1	CAA
59	UEM	MARINGÁ	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	4	1	PROPRIO
60	UNIOSTE	FRANCISCO BELTRÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-nov-16	2-dez-16	5	3	1	PROPRIO
61	UNEPAR	CAMPO MOURÃO	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	28-nov-16	2-dez-16	5	3	1	CAA
62	UEL	LONDRINA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-dez-16	16-dez-16	5	3	1	PROPRIO
63	UNESPAR	APUCARANA	fev-16	dez-16	INSPEÇÃO	FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	12-dez-16	16-dez-16	5	3	1	CAA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCADEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PALMAS	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM						
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO						
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS	
1.1	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná – ADAPAR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM							
		CASCADEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO	
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO	
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO	
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO	
		PALMAS	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO	
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO	
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
1.2	Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCAVEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.3	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCAVEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PALMAS	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.4	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CASCAVEL	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	28-nov-16	2-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	30-mai-16	3-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	2-mai-16	6-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		MARINGÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	29-ago-16	2-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PALMAS	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	29-fev-16	4-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-jul-16	8-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.5	Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
1.6	Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR	LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	14-mar-16	18-mar-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	4-abr-16	8-abr-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	16-mai-16	20-mai-16	5	2	1	PRÓPRIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	20-jun-16	24-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	25-jul-16	29-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	15-ago-16	19-ago-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	12-set-16	16-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	3-out-16	7-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
		LONDRINA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	7-nov-16	11-nov-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PONTA GROSSA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	24-out-16	28-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
1.7	Instituto de Florestas do Paraná	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO					PLANO DE VIAGEM						
			PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
2	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA	APUCARANA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	11-jul-16	15-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM	a definir	a definir	5	2	1	PRÓPRIO
		FRANCISCO BELTRÃO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	6-jun-16	10-jun-16	5	2	1	PRÓPRIO
		GUARAPUAVA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar fiscalização na obra de construção do hospital regional - 16.000m²	MATERIALIDADE	NÃO	22-fev-16	26-fev-16	5	2	1	PRÓPRIO
		JACAREZINHO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	22-ago-16	26-ago-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	18-jan-16	25-jan-16	8	2	1	PRÓPRIO
		TOLEDO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	12-dez-16	16-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
		UMUARAMA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	21-nov-16	25-nov-16	5	2	1	PRÓPRIO
		UNIÃO DA VITÓRIA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	26-set-16	30-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
2.1	Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
2.2	Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3.1	Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3.2	Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
3.3	Fundo Estadual do Direito do Idoso	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
4	MINISTÉRIO PÚBLICO – MP + Fundo Rotativo	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
4.1	Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná –FUEMP	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5	TRIBUNAL DE JUSTIÇA –TJ + Fundo Rotativo	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar fiscalização na obra de ampliação e reforma do fórum da comarca - 16.115m²	MATERIALIDADE	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PATO BRANCO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar fiscalização na obra de construção do fórum da comarca - 7.497m²	MATERIALIDADE	SIM	19-set-16	23-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
5.1	Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5.2	Fundo da Justiça	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5.3	Fundo Judiciário	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
5.4	Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
6	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED + Fundo Rotativo + FUNDEB	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
		CAMPO MOURÃO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	8-ago-16	12-ago-16	5	2	1	PRÓPRIO
		FOZ DO IGUAÇU	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	5-dez-16	9-dez-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PARANAGUÁ	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	18-jul-16	22-jul-16	5	2	1	PRÓPRIO
		PATO BRANCO	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	19-set-16	23-set-16	5	2	1	PRÓPRIO
		UNIÃO DA VITÓRIA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	NÃO	17-out-16	21-out-16	5	2	1	PRÓPRIO
6.1	Colégio Estadual do Paraná – CEPR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						
6.2	PARANAEDUCAÇÃO	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						

COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I - PROGRAMAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Unidade: SÉTIMA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - 7ª ICE

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Nº	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INICIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INICIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
6.3	FUNDEPAR	CURITIBA	jan-16	dez-16	ACOMPANHAMENTO	Realizar a fiscalização contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão sob os aspectos da legitimidade, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia.	MATERIALIDADE	SIM						

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II - FISCALIZAÇÕES DETERMINADAS POR ACÓRDÃOS PREVISTAS PARA 2016

Unidades: DIRETORIAS

DADOS SOBRE A PREVISÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO									PLANO DE VIAGEM					
Unidade Técnica	ENTIDADE	MUNICÍPIO	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO		PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	OBJETIVO / ESCOPO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO E/OU MOTIVAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO PREVISTA EM PAF DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO					
			INÍCIO DOS TRABALHOS (mês/ano)	TÉRMINO DOS TRABALHOS (mês/ano)					DATA INÍCIO DA VIAGEM (dia/mês/ano)	DATA FINAL DA VIAGEM (dia/mês/ano)	Nº DE DIAS	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE VEÍCULOS	LOTAÇÃO DOS VEÍCULOS
DAT	Associação Cristã de Doentes e Deficientes Físicos de Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 342/13-S2C, Processo nº 191450/09	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DAT	Instituto Confiancce	Terra Roxa	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 4674/15-S2C, Processo nº. 346714/15	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DCM	Instituto Curitiba Saúde	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 5231/14-S2C, Processo nº 149440/13.	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	DMAA
DCM	Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 903/14-S1C, Processo nº 183753/13.	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	3	1	DMAA
DICAP	Poder Executivo	Santa Cruz de Monte Castelo	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 799/14, Processo nº. 681295/10 e ao Acórdão 2.494/14-STP, Processo nº. 206427/13	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DICAP	Poder Executivo	Campo Magro	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 800/14, Processo nº. 168494/11	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DICAP	Poder Legislativo	Curitiba	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão 386/15-S1C, Processo nº. 62512/11	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DICAP	Poder Executivo	Ubiratã	jan-16	dez-16	INSPEÇÃO	Dar atendimento ao Acórdão nº. 1769/15-S2C, Processo nº. 18920/11	DEMANDA PROCESSUAL	NÃO	a definir	a definir	5	2	1	DMAA
DIFOP	Governo do Estado do Paraná	Estado do Paraná	jan-16	dez-16	AUDITORIA	Análise das Contas do Governador para o exercício de 2015, por solicitação da 7ª ICE, referente a aspectos relevantes concernentes à execução de obras públicas.	DEMANDA REGIMENTAL	NÃO	**	**	**	**	**	**

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº1878/2016

Processo Nº: 106725/16

Data e hora da distribuição: 17/02/2016 17:15:29

Assunto: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Exercício:

Modalidade de distribuição: conforme Art. 260 do Regimento Interno.

Relator: Conselheiro Presidente IVAN LELIS BONILHA

Impedimentos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo - DMAA

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INFORMAÇÃO Nº 22/16.

Conforme Despacho nº 645/2016-GP, esta Diretoria esclarece que após análise constatou que há disponibilidade e que os veículos estarão à disposição nas datas previstas nos Anexos I e II.

Ressaltamos que com relação ao previsto no Anexo II – Fiscalizações determinadas por acórdãos previstas para 2016, que estão com datas indefinidas, não gerará qualquer inconveniente, desde que não sejam todas programadas para a mesma semana.

É a informação.

DMAA, em 17 de fevereiro de 2016.

ALEXANDRE JULIATO PALLÚ
Consultor Técnico
Matrícula nº TC 50.342-8



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Diretoria de Finanças

INFORMAÇÃO Nº : 51/16
PROTOCOLO Nº : 106725/16
INTERESSADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO : PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Ao GP,

Em atendimento ao Despacho nº 645/16 - GP, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente desta Corte de Contas, esta Diretoria de Finanças informa o FIR nº 15/2016.

É a Informação.

DF, 18 de fevereiro de 2016.

JEDSON CESAR DE OLIVEIRA
Analista de Controle - Econômica
Matrícula 51.421-7

De acordo.

Paulo Celso Klostermann
Diretor



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Diretoria de Finanças

Formulário de Indicação de Recursos

FIR Nº 15/2016/TCE

Referência: Processo nº 106725/16

Objeto

Plano Anual de Fiscalização das unidades administrativas do Tribunal para o exercício financeiro de 2016 - estimativa de gastos com diárias.

Indicação Orçamentária

Projeto / Atividade: 4002 - Fiscalização da Efetiva e Regular Aplicação dos Recursos Públicos
Rubrica Orçamentária: 33.90.14.01
Descrição da Rubrica: Diárias
Valor Comprometido para 2016 (R\$): 1.200.000,00
Fonte de Custeio: 100 - Recursos do Tesouro

Impacto Financeiro

Despesa	2016	2017	2018	Total (R\$)
Prevista:	1.200.000,00			1.200.000,00

Premissas e Metodologia de Cálculo

Estimativa conforme consolidação dos cronogramas das unidades e ICE's feita pela DAUD.

Declaração do Ordenador

Declaro, em atendimento às disposições da base legal citada abaixo, que as despesas decorrentes do referido objeto contratual, constante no protocolado em questão, estão contempladas na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2016 e no Plano Plurianual 2016/2019 e serão programadas para a LDO e LOA dos exercícios em que o contrato vigorará.

Base Legal

Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000
Artigos Citados: 15, 16 e 17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE INCLUSÃO EM PAUTA

Certifico que este processo foi levado em mesa e incluído na pauta de julgamento na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 06, do dia 25 de fevereiro de 2016.

STP, em 25 de fevereiro de 2016.

MARIANA AMARAL PORTO
Secretária do Tribunal Pleno
matrícula nº 51.893-0



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

ACÓRDÃO Nº 694/16 - Tribunal Pleno

Plano Anual de Fiscalização – Exercício de 2016 – Novas Diretrizes – Áreas temáticas prioritárias – Aplicação de fiscalizações integradas – Uso de indicadores como instrumento de auditoria – Artigo 260, do Regimento Interno – Existência de previsão orçamentária – Disponibilidade de veículos para atender às necessidades do PAF – Pela aprovação.

1. RELATÓRIO

Trata o presente expediente do Plano Anual de Fiscalização – PAF, contendo seus principais objetivos, diretrizes e logística de fiscalização, bem como programas e projetos a serem fiscalizados no exercício de 2016 (peça nº 5).

Destaca-se na proposta apresentada o desígnio de intensificar a atividade de fiscalização nos municípios, o que se fará sob o gerenciamento da Coordenadoria-Geral, de modo a padronizar os processos de trabalho e procedimentos de controle externo.

Em razão da limitação de pessoal lotado nas unidades de fiscalização no âmbito desta Corte, haverá uma priorização da fiscalização *in loco* no primeiro semestre de 2016, ao passo que a instrução de processos e demais atividades de fiscalização serão priorizadas ao longo do segundo semestre de 2016.

Dentro desta realidade de restrição de pessoal, e considerando o firme propósito de fortalecer as atividades fiscalizatórias, faz-se necessária a otimização da instrução processual, pressupondo desenvolvimento em 4 (quatro) níveis, quais sejam:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

(i) análise automatizada, com escopo simplificado, em razão de disposição constitucional ou legal; (ii) fiscalização concomitante, atuando em sistema de “malha fina”, com critérios objetivos para seleção dos itens a serem analisados e fiscalizando as entidades de modo macro; (iii) auditorias *in loco* de forma integrada, com equipes multidisciplinares, planejadas a partir de indícios e indicadores gerados nos dois níveis anteriores, assim como baseadas em temas relevantes e (iv) atuação de cunho preventivo por meio de treinamentos de boas práticas e procedimentos de controle, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores.

Consta na EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PAF (peça nº 5) que, ao longo do exercício de 2016, 100 (cem) municípios paranaenses serão fiscalizados *in loco* por esta Corte de Contas, meta que se coaduna com orientação oriunda da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, para aumento gradativo da atividade de fiscalização municipal, de forma a visitar cada município do Estado pelo menos uma vez a cada ciclo de gestão local, ou seja, em um primeiro momento, fiscalizar os entes pelo menos uma vez a cada 4 (quatro) anos.

A expansão da atividade fiscalizatória no PAF - 2016 é evidente, uma vez que nos últimos 4 (quatro) exercícios foram visitados 130 municípios. A média anual, por sua vez, foi de 50 (cinquenta) municípios fiscalizados.

A proposta do PAF – 2016 apresenta, ainda, as DIRETRIZES E ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, *in verbis* (peça nº 5, fl. 3 e ss.):

a) Integração dos trabalhos de auditoria das diretorias de fiscalização: A experiência do *Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas*, que auditou o cumprimento da Emenda Constitucional nº. 59/2009 e da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que determinam a universalização do acesso à pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade em 2016, estabeleceu um padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – formação de equipes multidisciplinares, composta por servidores de várias diretorias, que auditam um grande tema, saindo da visão parcial típica dos processos de fiscalização vinculados à prestação de contas.

b) Intensificação do uso de indicadores de desempenho como instrumento de auditoria para avaliar e monitorar a gestão de serviços públicos: A experiência do *Programa de Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense*, que em seu primeiro momento criou os indicadores de eficácia e eficiência da educação municipal, através da aferição do cumprimento de metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação (índice de eficácia) e seu confronto com a despesa por aluno (índice de eficiência) nas administrações municipais, em conjunto com o Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas, criou outro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

padrão a ser seguido pela atividade de fiscalização – criação de indicadores de desempenho da gestão de recursos públicos e utilização desses para orientação dos trabalhos de fiscalização e monitoramento dos entes auditados e, ao mesmo tempo, aperfeiçoamento desses indicadores com base na sua utilização na fiscalização.

c) Desenvolvimento de competências de auditoria em temas estratégicos: Os esforços da Diretoria da Escola de Gestão Pública em promover cursos de capacitação dos servidores devem ser aproveitados pela atividade de fiscalização, para se apropriar desse conhecimento e aplicá-lo à auditoria, especialmente em temas considerados estratégicos pelo Tribunal de Contas.

d) Otimização dos trabalhos das equipes de treinamento e de visita técnica: O deslocamento de servidores do Tribunal para localidades no interior do Estado para realização de treinamentos ou de visitas técnicas pode ser aproveitado para exercer atividades de fiscalização “in loco” nesses municípios, especialmente a análise do controle interno do poder executivo local.

e) Aprimoramento dos “sistemas de análise automática”: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná vem construindo sistemas de análise automática das informações recebidas dos entes fiscalizados através dos seus sistemas de captação de dados. A experiência mais avançada nesse sentido é o Procedimento de Acompanhamento Remoto (Proar), que analisa automaticamente alguns dados encaminhados no Sistema de Informações Municipais (SIM). Além disso, um projeto com o objetivo de construir um sistema de “malha fina” para o Sistema Integrado de Transferências (SIT) e para o Sistema de Informações de Atos de Pessoal (SIAP) está em andamento.

Assim, uma das diretrizes da fiscalização é o aprimoramento desses sistemas, com o objetivo deles produzirem análises para as áreas temáticas definidas.

f) Ampliação do trabalho de análise prévia de editais de licitação e concurso: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no âmbito da DIFOP, vem desenvolvendo a expertise na análise prévia de editais de licitação de obras.

Além disso, há um módulo em desenvolvimento no SIAP cujo objetivo é realizar a análise prévia de editais de concurso público. Esse tipo de trabalho atua preventivamente junto ao jurisdicionado e tem resultado eficaz, ao impedir que atos potencialmente lesivos ao interesse público venham a ocorrer. Desse modo, outra diretriz da fiscalização é a ampliação desse trabalho no âmbito das diretorias, promovendo-o nas unidades onde ele já é realizado e incentivando a sua disseminação em outras unidades, com as adaptações que fizerem necessárias.

g) Promoção da utilização de Termos de Ajuste de Gestão (TAG's) como resultado de processos de auditoria: O TAG é um compromisso firmado entre o Tribunal de Contas e o jurisdicionado, onde, em comum acordo, impropriedades e irregularidades são identificadas e prazos para saná-las são estabelecidos. Esse é um instrumento jurídico previsto para ser implantando no Tribunal de Contas do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

em 2016 e, uma vez criado, ser utilizado nas auditorias, com apoio e incentivo da Coordenadoria-Geral.

Conforme acima exposto, a integração dos trabalhos de auditoria com a formação de equipes multidisciplinares terá por escopo auditar grandes temas. Deste modo, o Plano Anual de Fiscalização de 2016 priorizará a fiscalização no âmbito da Educação, Saúde, Despesa com Pessoal, Tecnologia da Informação e Operações de Crédito Cofinanciadas.

Ainda em relação às diretrizes e áreas temáticas prioritárias das atividades de fiscalização, constantes da proposta de PAF, verifica-se o seguinte planejamento (peça nº 5, fl. 5 e ss.):

<p>Na área temática de EDUCAÇÃO, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:</p>

<p>a) Formação de uma equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP, DAUD e DIFOP, para auditar o cumprimento da meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação (ampliação do acesso à creche e universalização da pré-escola) nos municípios paranaenses, nos moldes do trabalho desenvolvido no Projeto Piloto das Fiscalizações Integradas. Para isso, haverá a utilização do Índice de Eficácia da Educação Municipal e do Índice de Eficiência da Despesa Municipal em Educação no planejamento da fiscalização e posterior monitoramento dos municípios fiscalizados.</p>
--

<p>b) Realização do monitoramento da observância, por parte dos municípios, da obrigatoriedade da publicação da demanda manifesta por vagas na educação</p>

<p>infantil e incorporação de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.</p>

<p>Na área temática de SAÚDE, as atividades de fiscalização</p>
--



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

prioritárias previstas são:

a) Criação de um protótipo de “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”, para orientar o planejamento da fiscalização na área de saúde, especialmente na subfunção “média e alta complexidade”, que abrange a assistência hospitalar e é em grande parte financiada por repasses do Governo Federal, sem prejuízo de outros elementos a serem aferidos, com o aprimoramento contínuo e ampliação dos indicadores criados para avaliar o desempenho da saúde pública.

b) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT, DICAP e DAUD com o objetivo de levantar informações sobre o financiamento da média e alta complexidade nos municípios e no Estado e validar os dados do “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais”.

c) Formação de equipe de fiscalização multidisciplinar, composta por servidores da DCM, DAT e DAUD para a realização de uma auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, com o escopo a ser definido após o levantamento de informações sobre o tema e o aprimoramento dos indicadores de saúde.

d) Incorporação de informações sobre a eficiência dos repasses para hospitais privados, para auxiliar a instrução de processos relacionados a esse assunto, e de outras informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIT.

e) Participação nos trabalhos referentes ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada (levantamento) em governança e gestão de saúde em organização estaduais e municipais.

Na área temática de DESPESA COM PESSOAL, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipe de fiscalização da DICAP para auditar folha de pagamento nos municípios paranaenses, com foco na remuneração dos médicos das prefeituras, em conjunto com a auditoria nas despesas estaduais e municipais em média e alta complexidade de saúde, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Folha de Pagamento”, ministrado em 2015.

b) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática no Proar e na futura “malha fina” do SIAP.

c) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal.

d) Participação nos trabalhos relativos ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), com o objetivo de estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para a realização de planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional.

Na área temática de TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Utilização dos resultados do questionário de “Governança em Tecnologia da Informação”, a ser respondido pelos municípios a partir de fevereiro de 2016, para traçar um panorama da situação desse serviço público nos municípios paranaenses e utilização dessas informações para o planejamento da fiscalização na área de tecnologia da informação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

b) Formação de equipe de fiscalização para auditar a estrutura e a governança dos sistemas de tecnologia da informação nos municípios, aplicando os conhecimentos adquiridos no “Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação”, ministrado em fevereiro de 2016.

c) Incorporação de informações que se revelarem importantes no curso dos trabalhos de auditoria nessa área temática nos sistemas de análise automática.

Na área temática de OPERAÇÕES DE CRÉDITO COFINANCIADAS, as atividades de fiscalização prioritárias previstas são:

a) Formação de equipes de fiscalização multidisciplinares, composta por servidores da DAUD e da DIFOP, para a realização das auditorias das operações de crédito cofinanciadas pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Estão previstas auditorias nos seguintes programas/projetos: (i) Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano (BID - PROCIDADES) nos municípios de Cascavel, Curitiba, Maringá e Paranaguá; (ii) Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transportes (AFD – Curitiba); (iii) Projeto Família Paranaense (BID – Estado do Paraná); (iv) Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná (BIRD – Estado do Paraná) e (v) Projeto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (AFD – Toledo). Essas fiscalizações seguirão o que determinam os compromissos acordados entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e essas instituições.

Consta no Anexo I a programação de fiscalizações das Inspetorias de Controle Externo; no Anexo II encontram-se as fiscalizações determinadas por deliberações do Tribunal Pleno, Primeira e Segunda Câmaras, previstas para o exercício de 2016.

A Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo – DMAA, por meio da Informação nº 22/16 (peça nº 7), noticiou que tem condições de atender às



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

necessidades de deslocamento dos funcionários deste Tribunal, colocando à disposição os veículos nas datas estabelecidas.

A Diretoria de Finanças – DF, por sua vez, atestou a disponibilidade orçamentária, indicando o FIR nº 15/2016/TCE, nos termos da Informação nº 51/16 (peça nº 8).

É o relatório.

2. VOTO

Na presente proposta de Plano Anual de Fiscalização observam-se importantes mudanças de paradigma no âmbito da atividade fiscalizatória, destacando-se a escolha de áreas temáticas prioritárias, a realização de fiscalizações integradas, bem como o uso de índices de efetividade do gasto público como instrumento de auditoria.

Tais medidas, além de padronizar os processos de trabalho e procedimentos de controle externo, proporcionarão uma análise global do gasto público, abandonando-se a visão típica parcial dos processos de fiscalização vinculados à prestação de contas.

Ainda, nota-se que a intensificação do uso de indicadores de desempenho como ferramenta de fiscalização facilitará não apenas a avaliação da situação dos entes, mas também o monitoramento da gestão dos serviços públicos, o que será bastante profícuo no cotidiano de trabalho desta Corte de Contas.

A eficiência da despesa, validada por indicadores de desempenho, criados no âmbito do Programa de Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense, em desenvolvimento por técnicos deste Tribunal desde 2015, irá contribuir para a seleção dos entes a serem auditados, assim como para aferir a correta aplicação dos recursos públicos.

Do mesmo modo, será muito frutífero o aprimoramento de sistemas de análise automática de informações, que já se revelou vantajoso e proficiente nesta casa por meio do Procedimento de Acompanhamento Remoto – PROAR.

Ressalto que os relatórios de fiscalização observarão as Normas de Auditoria Governamental, bem como estarão sujeitos a controle de qualidade a ser realizado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

sob a supervisão da Coordenadoria-Geral, garantindo que o produto da fiscalização apresente-se de modo límpido e escorreito.

Cumprе salientar, também, que a definição de diretrizes e áreas temáticas prioritárias não impedirá a realização de auditorias fora do escopo traçado no Plano Anual de Fiscalização.

Por meio de comunicação à Coordenadoria-Geral e ulterior deliberação do Gabinete da Presidência, situações extraordinárias e relevantes, as quais exijam atuação deste Tribunal de Contas, por certo serão avaliadas.

Dessa forma, em atendimento ao artigo 16¹, inciso “L”, do Regimento Interno, e considerando a existência de recursos orçamentários, financeiros e demais elementos necessários à execução do Plano Anual de Fiscalização para o presente exercício, bem como a função precípua deste Tribunal de Contas em desenvolver e manter procedimentos de fiscalização que promovam a atuação preventiva contra a utilização ilegal, antieconômica, ineficiente e ineficaz dos recursos públicos, **VOTO** pela **aprovação** do Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2016.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:

Aprovar o Plano Anual de Fiscalização do exercício de 2016.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e IVENS ZSCHOERPER LINHARES .

¹ **Art. 16.** Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

[...]

L - encaminhar ao Tribunal Pleno, para apreciação, o Plano Anual de Fiscalização, coordenado pela Diretoria-Geral;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2016 – Sessão nº 6.

IVAN LELIS BONILHA
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 694/2016 – Tribunal Pleno, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1306, do dia 26/02/2016, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 29/02/2016



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N ° : 106725/16
ORIGEM : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO : PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
INFORMAÇÃO : 167/16

Certifico que procedi a liberação de cópias deste processo no CPF nº 842.130.359-72, em atendimento ao Despacho nº 970/16 do Exmo. Sr. Presidente, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, exarado no Processo nº 158890/16, conforme solicitado.

DP, em 14 de março de 2016.

CLEUZA BAIS LEAL - Diretora

51.032-7

DP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 106725/16
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO – 199/16 - STP

Certifico que o Acórdão nº 694/2016, do Tribunal Pleno (peça nº 10), proferido no processo acima citado, foi disponibilizado¹ no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1306, do dia 26/02/2016, e transitou em julgado em 15/03/2016.

STP, em 16 de março de 2016.

CRISTIANO DE MEDEIROS ALVES PEREIRA - Técnico de Controle
matrícula nº 50403-3

¹ Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.